

Vamos ter de pagar pela TV digital?

Universidades, redes de televisão e técnicos divergem sobre possibilidades e limites da nova tecnologia

A implantação da televisão digital no Brasil vem gerando discussão entre técnicos, políticos e representantes das redes de comunicação, e grandes dúvidas junto ao público. Afinal, o que muda? O novo sistema será realmente acessível à população? O padrão de televisão aberta e gratuita será mantido ou o telespectador terá de pagar pelos novos serviços que a tecnologia digital possibilita? Por que houve tanta discussão em torno da definição do padrão de modulação: se o japonês, o europeu ou o americano? Por outro lado, pouco se fala na batalha travada entre as empresas de rádio e televisão e as operadoras de telefonia, que disputam o direito de produzir conteúdo, isto é, gerar programas próprios, expandindo o leque de opções e pulverizando as receitas dos anunciantes. **Página central**



Fotos: Flávio Dutra

Creche da UFRGS é fonte para pesquisas



Campus "A cadeira me beliscou", reclama Heitor, 6 anos, para Valentina, entrando na enfermaria. Ela pergunta de onde surgiu a boca do móvel agressor enquanto passa um "remedinho" na cintura do menino que ergue a camisa até quase o pescoço. Esta é uma das cenas diárias da creche da UFRGS, Francesca Zacaro Faraco, no Campus Saúde. Além das salas de aula, existem pátios para atividades variadas. Enquanto os menores ficam ao sol no cercadinho ao ar livre, os maiores imaginam histórias entre árvores e recantos. São 144 crianças de três meses a seis anos, filhos de funcionários que, das 7h30min às 18h30min, convivem com amigos e professoras. As repórteres do Jornal, que acompanharam um dia na creche, encontraram as portas abertas. Afinal, eles estão acostumados a receber pesquisadores e bolsistas. **Página 7**

A ditadura argentina permanece na memória

Internacional A ditadura militar da Argentina foi a mais sangrenta das ditaduras da América Latina. Num curto período, de 1976 a 1983, houve cerca de 38 mil desaparecidos, entre guerrilheiros e cidadãos comuns. Qualquer um que constasse da agenda de um subversivo preso, poderia ser perseguido e torturado pelas quadrilhas de militares à paisana, que se

tornaram "máquinas de moer carne". O governo brasileiro não só recusou apoio aos perseguidos políticos, como colaborou com a ditadura, integrando a operação Condor. Essas milícias clandestinas, também existentes em países como Chile, Uruguai e Brasil, empregavam o terrorismo de estado, realizando seqüestros, torturas, prisões e assassinatos. **Página 10**

Carga tributária elevada penaliza consumidores

Atualidade Segundo o professor da Faculdade de Direito, Humberto Ávila, proporcionalmente, o Brasil tem a tributação mais elevada do mundo. No ano passado, cada cidadão desembolsou, em média, R\$ 3.987,46 em impostos, conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). Por outro lado, Eugênio Lagemann, professor da Fa-

culdade de Ciências Econômicas, afirma que a elevada carga fiscal não significa grande arrecadação, pois a quantidade de recursos depende da renda da população. Além disso, a má distribuição e o mau gerenciamento dos valores arrecadados resultam em serviços públicos de baixa qualidade para as camadas da população que mais precisam de atendimento. **Página 5**

Descobrimo Radamés

Cultura No ano em que se comemora o centenário de nascimento deste compositor porto-alegrense, nos damos conta de que tanto seu nome quanto sua obra permanecem desconhecidos do grande público. Instrumentista talentoso, Radamés Gantalli estudou piano no Conservatório de Música do antigo Instituto de Belas Artes – hoje Instituto de Artes. Se sua formação como instrumentista foi acadêmica, o talento como compositor desenvolveu-se através do contato com a música popular. Um dos pontos relevantes de sua obra foi a criação de composições para instrumentos que geralmente não estão presentes nas salas de concerto. Peças com solo de marimba, harmônica, acordeão ou bandolim, muitas vezes eram compostas tendo em vista um intérprete específico. Essa característica tornou-o reverenciado por pesquisadores e jovens músicos. Espera-se que, a partir da digitalização de suas composições, que só agora estão sendo feitas, sua obra seja melhor divulgada. **Página 13**



Florestas exóticas põem o Pampa em perigo

Ciência O avanço da plantação extensiva de eucalipto e *pinus* na região da Campanha, na fronteira com Argentina e Uruguai, ameaça os campos, paisagem símbolo do Rio Grande do Sul. Com grandes extensões territoriais ocupadas pelas árvores, diversos animais que têm seu *habitat* no Pampa,

ficarão sem refúgio. O professor Valério De Patta Pillar, do Departamento de Ecologia, explica que o principal malefício da nova cultura é "substituir o ecossistema campestre natural, que deveria ser preservado". Estudos provam que as espécies exóticas podem provocar desequilíbrio ambiental. Destinadas

à produção de celulose, as florestas aparecem como "salvação" para áreas do estado estagnadas economicamente, mas Lovois de Andrade Miguel, diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, adverte: "Haverá benefícios, mas não nos níveis que estão sendo divulgados". **Página 11**

Errata

Na edição de abril, na matéria da página 9 intitulada "Gaúchos terão duas novas universidades ainda em 2006", deixamos de publicar o trecho que segue:

Unipampa

Nos dias 27 e 28 de maio, a Unipampa realizará o vestibular para preencher as 1.900 vagas distribuídas nos 35 primeiros cursos oferecidos pela nova instituição, sendo que as aulas começarão em agosto. Enquanto o projeto-de-lei para a criação da Unipampa tramita em Brasília, as universidades federais de Santa Maria e Pelotas seguem como gestoras do processo de instalação da universidade e realização do vestibular. O coordenador de implantação, Evaldo Rodrigues Soares, diz: "Quando tudo estiver pronto, ofereceremos 13 mil vagas para um total de 67 cursos nas áreas das Ciências Exatas e Tecnológicas, Humanas, Agrárias e da Saúde".

Devido à concentração da demanda e ao fato de ser o pólo da região, Bagé foi o município escolhido para sediar a Reitoria da Universidade. Serão 10 campi instalados nas cidades de São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Alegrete, São Gabriel, Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava e Livramento. Durante o mês de abril serão selecionados 145 doutores para completar o quadro docente, processo que também estará sob a tutela das universidades gestoras (UFSM e Ufpel).

Soares diz que já foram liberados 22 milhões de reais dos 60 milhões previstos para a construção dos prédios em todos os campi. Conforme o coordenador, o Ministério da Educação garantiu o início das obras para o começo de abril. Os terrenos foram doados pelos municípios, que estudam formas de apoio aos universitários. "Não basta ensino gratuito se os estudantes não têm condições de se manter", diz Soares, acrescentando que o projeto da Unipampa também prevê a instalação de restaurantes universitários e casas de estudantes.



► 1982 Em 24 de setembro, um espetáculo especial marcou a 50ª edição do projeto Unimúsica, no antigo Salão de Atos da Reitoria. Numa ousada mistura do erudito com o popular, a Orquestra de Cordas e Sopros, formada por músicos da OSPA, apresentou-se com Nei Lisboa e banda.

Espaço da Reitoria

Jornada UFRGS Portas Abertas

O mês de maio marca a realização de uma das mais importantes atividades quando se trata da relação com a nossa comunidade: a Jornada UFRGS Portas Abertas. Esse evento, que envolve toda a comunidade universitária, possibilita aos estudantes das escolas do ensino médio de todo o estado uma visita a nossas unidades universitárias, estabelecendo o primeiro contato com a realidade que pretendem encontrar ao ingressar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A Jornada foi a forma que encontramos para reservar, inclusive no calendário acadêmico, um dia específico para apresentar, não apenas aos jovens estudantes, que em breve estarão re-

alizando vestibular, mas também à comunidade em geral, um pouco do dia-a-dia do ensino, da pesquisa e da extensão realizadas nas diferentes escolas, faculdades e institutos.

A Universidade se relaciona formalmente com diferentes segmentos da sociedade (órgãos públicos, privados, organizações não-governamentais), através de mais de 600 convênios, e a Jornada UFRGS Portas Abertas é mais uma maneira de se relacionar com a comunidade, demons-



trando seu compromisso com a formação acadêmica e, sobretudo, uma forma de prestar contas à sociedade do trabalho aqui desenvolvido.

Assim, no próximo dia 13 de maio dedicamos nossas atividades para um dia muito especial – a Jornada UFRGS Portas Abertas, permitindo que a comunidade veja e ouça o que fazemos.

José Carlos Ferraz Hennemann
Reitor

Artigo

Entre a “barriga de tanquinho” e o exame de câncer de próstata

Há certas coisas que estão ficando meio difíceis de entender. A gente abre o jornal de domingo e lá vemos fotos da última moda em roupas masculinas. Cores próprias ou impróprias para os homens no próximo inverno, propagandas de perfume, hidratantes, depilação definitiva para homens, cirurgias plásticas, botox e o principal: como substituir aquela barriguinha de cerveja – até há pouco esquecida nos homens, mas jamais nas mulheres! – por um “abdome de tanquinho”? (Ahhhh! O Rodrigo Santoro naquele filme americano... quem não viu e não invejou?). E as perguntas são muitas:

– Serão esses os tais metrossexuais?
– Será que esse novo padrão masculino chegou para ficar ou é mais um modismo?
– E o implante de cabelo na antiga carequinha, é mesmo possível?
– Quais são as últimas novidades nas tinturas de cabelo para homens? (Puxa, e agora que a gente se acostumou com o “Grecin 2000 para homens”, o que fazer com aquela idéia de que os grisalhos eram pensados como particularmente charmosos?)

– Opa! Acho que, com esses comentários acabo de revelar minha idade...

– Quarenta e lá vai pedrada... Ei, espera um pouquinho: acabo de me dar conta que “eles” também não estão mais dizendo a idade!

– Mas afinal, todas essas coisas não eram pensadas como “assunto de mulher”?

– É, mas atualmente não tem mais essa coisa de “assunto de mulher” e “assunto de homem” – isso não é mais politicamente cor-

reto. Mas, é verdade: os homens mudaram muito desde o final do século passado...

– Tá, mas então me explica: se eles mudaram tanto na forma de lidar com o corpo, por que continuam relutando tanto em fazer exame de câncer de próstata?

– Ah não, mas aí é diferente...

Desculpem o tom irreverente do presente comentário, mas não conheço outra maneira de expressar sem ser tediosa essa aparente duplicidade que é percebida no dia-a-dia com relação a tantos aspectos que se referem aos comportamentos de gênero na atualidade.

O que observo, como antropóloga que pesquisa questões relacionadas ao corpo e à saúde, é que, se por um lado verifica-se uma certa surpresa de algumas pessoas com relação aos rumos mais liberais que os padrões masculinos estão tomando no que tange o trato ao corpo e à sexualidade, por outro, observa-se uma persistência de outros tantos padrões bastante conservadores. Essa surpresa, acredito, talvez se deva menos à mudança de padrões e mais à forma como olhamos a soci-

VANESSA BORSATO



Verifica-se uma certa surpresa com relação aos rumos mais liberais que os padrões masculinos estão tomando

idade e seus componentes humanos. Mudanças de comportamento têm sido uma constante na nossa história antropológica, sendo que muitos de nós, antropólogos, argumentam que foi a própria mudança de comportamento social do *homo erectus* que nos concedeu a forma atual do nosso corpo e dos nossos sentidos. Portanto, não há nada mais humano do que mudar! A questão, então, talvez possa ser reformulada: como, quem e por que acontecem as mudanças nos padrões de comportamento humano?

Acho que esta pode ser uma boa introdução para a problemática da diferença entre as sociedades complexas e as sociedades antes conhecidas como “simples ou primitivas” (mas que, como hoje sabemos, não eram nada sim-

ples, muito menos primitivas), chamadas hoje de “sociedades de pequena escala”. Se nelas era mais evidente um padrão predominante, nas sociedades complexas atuais o comportamento dos homens não se caracteriza, de forma alguma, como um todo unitário, e tampouco seus processos se realizam em um plano achatado. As sociedades complexas, diferentemente das de pequena escala, são compostas por grandes diferenças regionais, étnicas, de classes sociais, cada qual com padrões de comportamento específicos. O que estou sugerindo, finalmente, é que, se é a universalidade que nos caracteriza como espécie, é a diversidade que nos caracteriza como humanos. Portanto, a duplicidade referida anteriormente só ganha força argumentativa se estivermos considerando a sociedade e seus componentes como uma totalidade, o que não se verifica nas sociedades complexas ocidentais.

Pensar a sociedade na sua complexidade não é tarefa fácil. É aí que se evidenciam as suas dificuldades, posto que nos deparamos com grupos sociais com interesses muitas vezes conflitantes num mesmo espaço/tempo. Mas é aí também que se verifica o seu poder e o seu fascínio, uma vez que são as relações estabelecidas entre estes grupos as que nos movem como humanidade.

Ceres Victora
Professora do Departamento de Antropologia – IFCH

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110
Bairro Farroupilha, Porto Alegre – RS
CEP 90046-900
Fone: (51) 3316-7000
www.ufrgs.br

Reitor
José Carlos Ferraz Hennemann
Vice-reitor
Pedro Cezar Dutra Fonseca
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretária de Comunicação Social
Sandra de Deus

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fone/fax: (51) 3316-3368
www.jornal.ufrgs.br

Conselho Editorial
Aron Taitelbaun, César Antonio Leal, Eduardo Pedro Corsetti, Enno Dagoberto Liedke Filho, Luís Augusto Fischer, Marcia Benetti Machado, Maria Heloisa Lenz e Paulo Francisco Estrella Faria

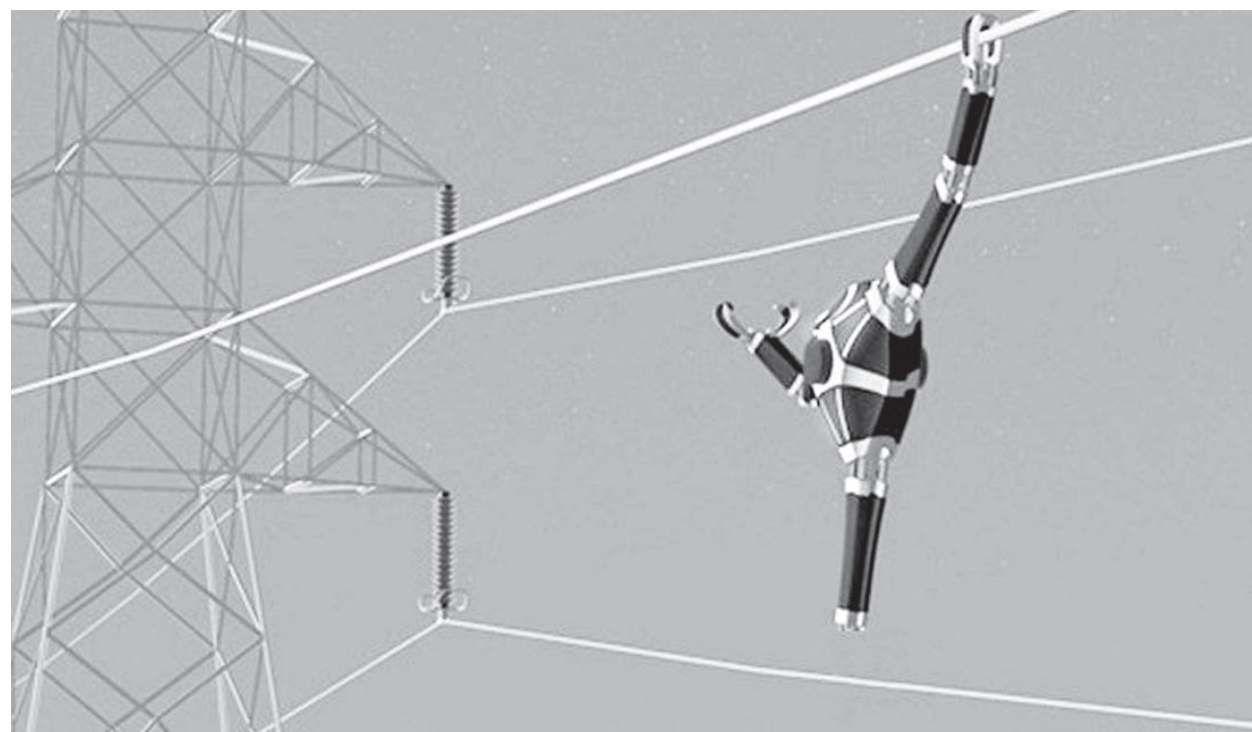
REDAÇÃO
Editora-chefe
Ânia Chala
Editor-executivo
Ademar Vargas de Freitas
Secretária de redação
Sandra Salgado
Repórteres desta edição
Jacira Cabral da Silveira e Luiz Ricardo Linch (bolsista)
Projeto gráfico e diagramação
Juliano Bruni Pereira
Fotografia
Flávio Dutra e Vanessa Borsato
Revisão
Ademar Vargas de Freitas e Ânia Chala
Colaboraram nesta edição
Caroline da Silva, Juliano Bruni Pereira, Marcelo Spalding e Veridiana Dalla Vecchia
Circulação
Arthur Bloise
Fotólitó e impressão
Gazeta do Sul S.A.
Tiragem
12 mil exemplares



homenagem I ■ Rubem Dantas

Com o *bottom* de professor emérito na lapela, foi enterrado no Cemitério João XXIII, em Porto Alegre, Rubem Green Ribeiro Dantas, uma das referências históricas da Faculdade de Farmácia da UFRGS. Em 2 de janeiro ele havia completado 90 anos e comentou com amigos sua satisfação pelo reconhecimento de seu trabalho junto à Universidade. "É um título que corresponde ao de lord, na Inglaterra, é um destaque entre a realeza", lembra seu ex-aluno José Rerim. Uma das características do químico e ex-diretor da Faculdade de Farmácia era a disposição permanente para qualificar o ensino. Em plena década de 50, ele inovou, introduzindo atividades de extensão e de iniciação científica. Foi também o responsável pela criação do Laboratório de Análises Clínicas da Faculdade, no qual os estudantes analisavam exames. O laboratório foi uma iniciativa inédita em nível nacional, pois todo o trabalho era gratuito. Rubem Dantas, que deixa um filho e dois netos, faleceu antes de escrever seu livro sobre o ensino superior no Brasil. Costumava lamentar o quanto a ditadura militar brasileira penalizou a universidade, interferindo na sua autonomia e arregimentando cúmplices silenciosos. Adeus, professor.

engenharia ■ Robô vai apontar falhas



A UFRGS, através da Escola de Engenharia, e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) assinaram contrato com o objetivo de realizar o projeto "Desenvolvimento de um robô para inspeção de linhas de transmissão". Esse trabalho faz parte do contrato de concessão da companhia de energia gaúcha, que deve investir parte de seu faturamento bruto em pesquisa. Atualmente, a inspeção é feita

com um helicóptero que sobrevoa a linha, enquanto um técnico da Companhia a observa através de binóculos para fazer o trabalho de análise, o que não traz precisão absoluta. Além do custo do meio de transporte, piloto e combustível, ocorre a fadiga do trabalhador. Com o robô, que será fixado à linha de transmissão, haverá inspeção mais completa. "Além disso, o custo será reduzido e não haverá o cansaço do operador humano", afirma o profes-

sor de robótica da Escola de Engenharia, Walter Fetter Lajes. Na opinião do engenheiro da CEEE Leandro Puchale, o robô vai facilitar muito o trabalho de manutenção das linhas de transmissão, e chegará a locais onde os trabalhadores não têm acesso. A empresa de energia vai repassar 248 mil reais para a Universidade, e a previsão é de que o protótipo fique pronto em fevereiro de 2007.

Breves

Prêmio

A Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República lançou o Prêmio Juventude para jovens de 15 até 29 anos com o objetivo de estimular e fortalecer a produção de pesquisas e estudos e revelar talentos. Para este ano, o tema é Juventude e Políticas Públicas, e as inscrições vão até 12 de maio. O edital está disponível no endereço: www.juventude.cnpq.br.

Vestibular

A UFRGS anunciou a redução do número de questões e dos dias de provas para o vestibular 2007. Os candidatos deverão responder a 25 questões em cada uma das nove disciplinas, reagrupadas em quatro dias. Primeiro dia, Língua Portuguesa e Redação; segundo dia, Biologia, Química e Geografia; terceiro dia, Matemática e Física; e quarto dia, História, Literatura e Língua Estrangeira. Segundo o presidente da Comissão Permanente de Seleção, professor Nilton Paim, o objetivo é tornar o processo menos cansativo, mantendo a mesma qualidade de seleção.

Planetário

O Planetário Professor José Baptista Pereira retornou a suas atividades normais em abril. Nos três meses em que esteve fechado, passou por uma série de reformas: as rampas de acesso foram trocadas para possibilitar a circulação de cadeirantes; o sistema de ar-condicionado da cúpula foi substituído por um mais moderno e econômico. Ainda estão previstas obras para o pátio e uma nova iluminação.

Aniversário I

O Programa de Educação Médica Continuada da Faculdade de Medicina completou 20 anos de atividades, com a média de 40 cursos realizados anualmente. Para maio, estão previstos encontros sobre retinopatia diabética, transplante renal, nutrição materno-infantil, dermatologia, medicina interna e atualização em clínica de atenção primária à saúde. Maiores informações pelo telefone 3316-5137.

Aniversário II

A Biblioteca da Faculdade de Odontologia completou 45 anos de funcionamento. Ela foi instalada em abril de 1961 e passou a integrar o Sistema de Bibliotecas da UFRGS em 1972. Atualmente, tem um acervo de 8.890 livros, teses e dissertações, 1.825 folhetos e 769 títulos de periódicos.

Empresas

Será prorrogado o prazo de vigência do contrato entre a UFRGS e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (Sebrae/RS). Pelo acordo, a Universidade realiza atendimento às empresas com base nas diretrizes de consultoria do Sebrae. O primeiro termo aditivo visa a prorrogar o prazo de vigência do contrato até 30 de dezembro deste ano.

judiciário ■ Nova presidente do STF é ex-aluna da UFRGS

A ministra Ellen Grace Northfleet assumiu a presidência do Supremo Tribunal Federal no dia 27 de abril e é a primeira mulher a preencher este cargo na mais alta corte do País. Ellen Grace nasceu no Rio de Janeiro, em 1948, e iniciou os estudos na Faculdade de Direito da então Universidade do Estado da Guanabara, tendo concluído, em 1970, o curso de bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde

atuou também como professora. A presidente do STF foi nomeada em 1989 para o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em vaga destinada a membros do Ministério Público Federal. Em 1997, foi eleita para exercer o cargo de presidente do TRF, dedicando sua gestão às metas de ampliação e interiorização da Justiça Federal de Primeira Instância. Em 2000, foi nomeada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para exercer o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal.

IPH ■ Recursos hídricos

Meio Ambiente e Recursos Hídricos: Tendências e Oportunidades foi o tema da aula inaugural da primeira turma do curso de graduação em Engenharia Ambiental. A palestra foi proferida pelo professor Carlos Eduardo Tucci, que abordou a

evolução dos recursos hídricos e suas relações com o meio ambiente. Ele lembrou os anos 70, quando os americanos instituíram a lei das águas limpas e do tratamento dos esgotos, benefícios que só chegaram ao Brasil início dos anos 80.

bibliotecas ■

Facilidade para aposentados



Em abril, o Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SBU) passou a ter um novo regulamento de circulação de coleções, que fixa normas e procedimentos para o serviço de empréstimo das obras do acervo de suas 33 bibliotecas. A principal novidade é a permissão para que docentes e técnicos-administrativos aposentados utilizem o serviço de empréstimo domiciliar. Para ter acesso aos livros,

os aposentados devem apresentar o cartão de identificação da Universidade, que pode ser solicitado através do telefone 3316-3038. Além disso, é preciso ter um endereço eletrônico ativo, pois grande parte da comunicação é feita por e-mail. O Centro de Processamento de Dados fornece endereços eletrônicos aos servidores aposentados. Basta ligar para o telefone 3316-5333.

homenagem II ■ Elvan Silva

Na manhã de 27 de abril, na Faculdade de Arquitetura da UFRGS, familiares, amigos, colegas e alunos compareceram ao velório do diretor Elvan Silva, falecido dia 26, aos 65 anos. Arquiteto de formação e doutor em Sociologia, o professor Elvan não deixou de ministrar a disciplina de Teoria da Arquitetura durante seus dois mandatos na direção da Faculdade. "Extremamente dedicado": foi como o vice-diretor Jorge Fernando Haussen caracterizou o colega de trabalho. Dedicado que o fazia chegar diariamente às 6h45min à Faculdade, conforme registra a assessora da direção, Berenice Camargo. Ela ressalta não só o aspecto de compromisso com a instituição,

como também a produção intelectual do professor Elvan, através da publicação de vários livros e artigos, da sua participação na comissão do MEC que elaborou o currículo padrão básico dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, e das aulas inaugurais que ministrava em universidades de outros estados. Talvez dessas viagens tenha nascido sua paixão pelo "leitão à pururuca", um prato mineiro. Ele insistia para que João Paulo, assador oficial da Faculdade, aprendesse a fazer essa iguaria nas comemorações da unidade. Afinal de contas, junto com todos os seus atributos de intelectual comprometido com a vida acadêmica, o professor Elvan Silva apreciava uma boa refeição.

globaltech ■ UFRGS terá seis temas

A Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade terá seis ilhas temáticas na Globaltech - Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação, que se realiza de 23 a 28 de maio, no Centro de Exposições da Fiergs: A evolução do sistema solar e a Terra; Biodiversidade do pampa; Agronegócios e agroindústria; O dia-a-dia com a tecnologia; O espaço urbano e o mundo virtual. Conforme

o secretário de Desenvolvimento Tecnológico, professor Ricardo Ayup, o objetivo da apresentação dos resultados das pesquisas desenvolvidas advém do fato de a maior parte das pessoas conhecerem a instituição apenas pelo ensino: "Para chegar a esse desenvolvimento tecnológico, é necessário uma base enorme no ensino, na pós-graduação e na pesquisa".

extensão ■ Jornada Portas Abertas

A Coordenadoria de Educação Básica e Profissional enviou mais de 1.200 ofícios convidando todas as escolas públicas e privadas de nível médio do estado a participarem da Jornada Portas Abertas. Esse evento ocorrerá no dia 13 de maio, quando as unidades de ensino oferecerão palestras e visitas monitoradas para que os secundaristas conheçam melhor o curso de sua preferência. Esta é a primeira vez que a Jornada Portas

Abertas se realiza como projeto de extensão universitária. O curso mais procurado no ano passado foi o de Medicina, que teve 474 visitas. Segundo o diretor dessa faculdade, professor Mauro Antonio Czepielewski, os visitantes fazem parte de dois grupos distintos de estudantes: aqueles que têm dúvidas sobre a carreira médica e os que querem conhecer a Faculdade de Medicina da UFRGS e fazer comparações.



A REDUÇÃO DA PENA

Recentemente, os brasileiros foram surpreendidos por uma decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou inconstitucional o dispositivo da Lei 8.072/90 (*Lei dos crimes hediondos*) que proibia o sistema progressivo de cumprimento da pena, nos crimes mencionados.

Assim, os condenados por crimes hediondos não precisariam mais cumprir a pena

carcerária em regime integralmente fechado, podendo usufruir de benefícios como o regime semi-aberto.

Apesar da decisão do STF, por enquanto, limitar-se a um determinado caso, o fato é que a polêmica foi instaurada. De um lado, juristas defendendo que os direitos fundamentais de qualquer cidadão devem ser respeitados. De outro, os que enten-

dem que os crimes que causam grande impacto na sociedade devem ser tratados pela justiça com maior severidade.

Uma análise ligeira do assunto pode acirrar esse antagonismo, sem no entanto oferecer elementos para a compreensão de todas as questões envolvidas no problema.

Para debater a redução da pena para os crimes hediondos, o Jornal da Universidade

convidou Tupinambá Pinto de Azevedo, professor de Direito e Processo Penal da Faculdade de Direito da UFRGS; e Roberto Bandeira Pereira, produtor-geral de Justiça do Rio Grande do Sul.

Os argumentos de cada um certamente irão nos fazer pensar sobre as melhores formas de combater a criminalidade, que tanto aflige a sociedade brasileira.

Crimes hediondos e defesa social

Roberto Bandeira Pereira

Procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul

No dia 23 de fevereiro, por maioria mínima (6 votos a 5), o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a proibição da progressão de regime para condenado por crime hediondo (§ 1º do art. 2º da Lei nº 8.072/90 – *habeas corpus* nº 82.953). Entenda-se a polêmica: desde 1990, seguindo comando de endurecimento da Constituição Federal (art. 5º, inc. XLIII), a pena dos crimes mais graves (tráfico, tortura, terrorismo, estupro, latrocínio, lista a que se acresceu o homicídio qualificado) deveria ser toda ela cumprida em regime fechado. Mesmo questionada, a lei afirmou-se na ordem jurídica, tendo o STF, em inúmeros casos, afirmado que era constitucional. Agora, a Corte (cuja composição alterou-se nos últimos tempos, em virtude de aposentadorias) concedeu *habeas corpus* para Oséas de Campos, condenado a 12 anos e três meses de reclusão por violentar três crianças entre 6 e 8 anos de idade. Trocando em miúdos, Oséas, condenado a 12 anos de cadeia, poderá sair do cárcere mal tenha completado dois anos de pena.

A sociedade sente-se atônita e preocupada, justamente porque a segurança pública, abalada por tantos crimes hediondos, é angústia de cada pai e mãe de família. Cabe, então, ao Ministério Público noticiar sua posição institucional, em defesa da sociedade. Afinal, a Constituição exige do Ministério Público que defenda os interesses sociais e individuais indisponíveis. Há fatores sociais no crime? Bem por isso lutamos por políticas públicas na área da saúde, da educação e da infância e da juventude, por exemplo. Os direitos fundamentais de qualquer cidadão devem ser respeitados? É também nossa luta, em prol dos direitos humanos e das minorias, e é comum um promotor de justiça pedir absolvição de um acusado. Disso tudo não decorre que não se possa, por opção legislativa e democrática, tratar com maior severidade aqueles criminosos cujas condutas, de grande lesividade, causam aguda repulsa da sociedade. Recusa-se tanto a demagogia quanto o discurso politicamente correto que não se sustenta numa parada de ônibus, desvinculado das agruras do povo – cujo choro o MP conhece do atendimento cotidiano ao público em todos os rincões. Trata-se de efetivar uma política criminal lastreada num garantismo integral, que não seja caolho e veja também o sofrimento das vítimas – v.g. a aplicação do princípio da proporcionalidade da ação estatal por inteiro, tanto na clássica proibição de excesso quanto na menos lembrada vedação de atuação insuficiente, que se traduz no direito penal necessário, em face do dever estatal de proteger os direitos fundamentais dos cidadãos, inclusive contra agressões provenientes de particulares.

Em primeiro lugar, seremos os últimos a jogar a toalha. A decisão do STF, ao menos por ora, só vale para Oséas e levou em conta as peculiaridades deste caso concreto – foi proferida no exercício do controle difuso de constitucionalidade, com eficácia restrita ao caso concreto, permanecendo em vigor o ato normativo em questão enquanto o Senado Federal não suspender a sua executoriedade. A própria maioria do STF é frágil, porque um dos 6 votos considera que cumprir apenas 1/6 da pena é equiparar crime hediondo a crime comum, o que também é inconstitucional (ministro Carlos Brito). Editamos,

A sociedade sente-se atônita porque a segurança pública é a angústia de cada pai e mãe

assim, recomendação a todos os membros do MP, para que continuem postulando a aplicação da lei: os condenados pela prática de crimes hediondos ou equiparados merecem tratamento diferenciado do preso comum, porque maior a periculosidade daqueles. Ademais, embora o atual artigo 112 da Lei de Execuções Penais tenha dispensado a avaliação psicológica e o exame criminológico, é imprescindível a verificação do requisito subjetivo do condenado. Por segundo e ao mesmo tempo, estamos a subsidiar os parlamentares gaúchos a fim de que se apresente projeto de lei que só permita a progressão, no crime hediondo, depois de cumprida metade da pena. Oséas deveria ficar ao menos 6 anos na prisão... O que não parece demais. E para não dizer que o MP não falou em dignidade da pessoa humana, como estarão as três crianças molestadas por Oséas? ■



FLÁVIO DUTRA

Réquiem para a lei dos crimes hediondos

Tupinambá Pinto de Azevedo

Professor de Direito e Processo Penal – UFRGS

Em 28 de fevereiro, o Supremo Tribunal Federal encerrou o julgamento do *habeas corpus* 82.959-7-SP, declarando inconstitucional o dispositivo da Lei 8.072/90 (*Lei dos crimes hediondos*) que proibia o sistema progressivo de cumprimento da pena, nos crimes mencionados. O § 1º do art. 2º, simplesmente, estabelecia que os condenados por crimes hediondos cumpririam a pena carcerária em *regime integralmente fechado*.

Foram nada menos que 16 anos de vigência de uma norma que conviveu com inusitado descompasso entre a opinião acadêmica e a jurisprudência. O STF, reiteradamente, teimou em ignorar a inconstitucionalidade, expondo-se à crítica por sua absoluta ignorância dos mais elementares princípios do direito penal.

A Constituinte previu tratamento especialmente duro para os crimes de tortura, terrorismo e tráfico de drogas, delegando ao legislador ordinário a definição de outros crimes, intitulados de hediondos, aos quais se aplicariam as mesmas restrições previstas para os crimes ali mencionados.

Desavisados, os parlamentares ofereceram um rol de crimes, ao invés de definir características especiais que, em concreto, permitiriam tratá-los como hediondos. No dizer de

A declaração de inconstitucionalidade parcial da lei é uma vitória do estado de direito sobre o estado de polícia

Nilo Batista, “o legislador, ao invés de empreender a tarefa definidora, apresentou um carápíio”. Essa, a primeira inconstitucionalidade. A lei deveria trazer os critérios para identificação de crimes *hediondos*, com base, por exemplo, na especial crueldade do cometimento, no valor do bem jurídico atingido, na motivação torpe etc. Não o fazendo, violou-se o princípio da legalidade penal.

Não só. A Constituição impôs restrições aos acusados desses crimes: inafiançabilidade, proibição de anistia e graça. Mas a Lei 8.072 foi muito além, proibindo a progressão do regime carcerário, vedando liberdade provisória, durante o processo, e exacerbou notavelmente as penas. Há inconstitucionalidade por *extravasamento dos limites constitucionais*.

Quanto às penas, está ferido o princípio da proporcionalidade, o que pode ser exemplificado com a pena mínima cominada ao estupro – que é *igual à do homicídio*!

Nesse quadro, a recente decisão do STF é de pouca importância. Limitaram-se os ministros a declarar uma inconstitucionalidade pontual, deixando incólume um diploma radicalmente contrário a cláusulas pétreas inscritas na Carta. Não é possível impor uma pena imutável, em regime integralmente fechado – disse o Supremo – porque isso afronta o princípio constitucional da *individualização da pena*. Em verdade, apesar do ceticismo geral, a Constituição atribuiu à pena um papel ressocializador, de readaptação social do condenado. Como escreveu o ministro Ayres de Britto, no julgamento do *habeas corpus* 82.959-7: “Não é de se confundir jamais hediondez do crime com hediondez da pena, visto que direitos subjetivos outros não são nulificados pela condenação penal em si, como os direitos à saúde, à integridade física, psicológica e moral, à recreação, à liberdade de expressão, à preferência sexual e de crença religiosa.”

Muitas vozes se levantaram contra o acórdão do STF. Reforçam, assim, a linha editorial da mídia sensacionalista, que faz da sensação de insegurança um reforço às vendas de revistas semanais e de audiência televisiva. A reação histórica obscurece a capacidade de pensar.

Ora, uma coisa é criar alternativas (as melhores, aliás, não se encontram no direito penal) para enfrentar a criminalidade violenta; outra, bem diversa, é defender medidas inconstitucionais, desrespeito a garantias individuais, ofensa à dignidade humana, com vistas a tal enfrentamento. O combate à criminalidade não pode escapar aos controles democráticos, sob pena de ficar o cidadão brasileiro sitiado entre bandidos comuns e autoridades truculentas.

A declaração de inconstitucionalidade parcial da lei dos crimes hediondos é uma vitória do estado de direito sobre o estado de polícia. ■

Alta tributação não resolve os problemas

Economia *Mau gerenciamento dos recursos e arrecadação insuficiente comprometem os serviços públicos*

Veridiana Dalla Vecchia*

Mensalmente, uma parcela do salário do trabalhador brasileiro com carteira assinada é descontada para pagamento de impostos. Além dessa contribuição, todos pagam tributos sobre o consumo, incidente sobre produtos e serviços. Os encargos das empresas são, normalmente, agregados aos preços e repassados aos consumidores. A alta carga tributária paga pelos brasileiros já não é novidade. A fim de gerar mais consumo e, a partir disso, mais emprego, alguns defendem uma tributação menor. Outros consideram que, ao diminuir a carga fiscal, o Estado perderá forças e passará a não ter como atender às necessidades básicas da população.

Entre 2002 e 2005, houve crescimento real (valor total descontando a inflação) de 11,72% na arrecadação *per capita*, que é a soma das arrecadações dividida pelo número de habitantes. Em 2002, o valor foi de R\$ 2.738,95, passando para R\$ 3.095,34 no ano seguinte e para R\$ 3.587,51 em 2004. No ano passado, cada cidadão desembolsou, em média, R\$ 3.987,46 em impostos, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

Para o professor da UFRGS Humberto Ávila, que coordenou o I Encontro Nacional de Estudos Tributários, realizado em março na Faculdade de Direito, proporcionalmente, o Brasil possui a tributação mais elevada do mundo. “Embora haja países europeus em que a carga é maior que a brasileira, neles o retorno em serviços públicos é muito maior” explica. Em 2005, o valor recolhido pela União em impostos atingiu 37,82% do Produto Interno Bruto (PIB), totalizando R\$ 732,87 bilhões. Ávila lembra que esse montante não considera o índice de sonegação e informalidade. Conforme estudo do IBGE referen-

te a 2004 e divulgado em abril deste ano, 40,2% da população economicamente ativa atua sem carteira assinada ou vive de “bicos” e pequenos negócios.

Em relação ao percentual da tributação, o professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS Eugênio Lagemann, doutor pela Universidade de Heidelberg, afirma que a elevada carga fiscal não significa grande arrecadação, pois a quantidade de recursos depende da renda da população. Ele cita como exemplo os Estados Unidos, onde a renda é substancialmente maior que a brasileira: com um percentual de 35% de tributação, o governo americano dispõe de dez vezes mais verbas *per capita* que o brasileiro.

A arrecadação insuficiente, no entanto, agrava o problema brasileiro na medida em que existe má distribuição e má administração desses recursos. Ávila diz que a má qualidade dos serviços se deve à incapacidade dos governantes e do Estado. Segundo o professor, a máquina estatal é muito grande e pouco eficiente. “Os governantes estão mais preocupados em arrecadar rápido do que de maneira eficiente e conclusiva.”

Lagemann acredita que a falta de qualidade dos serviços públicos não se deve somente à irresponsabilidade do Estado, mas também à renda insuficiente da população. “Nossa carga tributária é alta para quem paga e baixa para quem precisa do Estado.” Ele diz que a situação piora devido ao mau gerenciamento dos escassos recursos disponíveis.

O endividamento do Estado brasileiro também agrava o problema. Lagemann explica que, além da dívida com o sistema financeiro, o país tem compromissos com os trabalhadores do serviço público, que, antes da reforma previdenciária de 2003, se aposentavam em condições muito mais favoráveis do que

PERCENTUAIS PAGOS EM IMPOSTOS SOBRE OS PREÇOS DE VENDA AO CONSUMIDOR*



OUTROS PRODUTOS

energia elétrica** — 45,80%	carne bovina — 18,67%	telefone celular — 41%
leite longa vida — 33,63%	refrigerante lata — 47%	cerveja em lata — 56%

*baseado na tributação do estado de São Paulo

** consumo acima de 50 kw, abaixo disso a taxa é de 12%

Fonte: Campanha 'De Olho no Imposto', do Instituto de Planejamento Tributário e Associação Comercial de São Paulo

poderia dispor a nossa economia. “Em função disso, as gerações de hoje e de amanhã vão ter que arcar com esse compromisso”, garante o economista.

Tributação justa – Num sistema ideal, com o objetivo de buscar recursos para financiar suas ações, o Estado deveria tributar, de forma simples e transparente, cidadãos e empresas de acordo com a capacidade de cada um. A experiência nacional mostra, entretanto, que para se alcançar essa meta é necessário um amplo conjunto de controles administrativos, que podem comprometer o baixo custo da tributação. Ocorre que o nosso sistema tributário privilegia formas de controle mais simplificadas em detrimento de maior exatidão na proporcionalidade da contribuição.

Em 1998, a Secretaria da Receita Federal, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, publicou estudo demonstrando como a carga tributária brasileira incide sobre as diferentes faixas salariais dos trabalhadores. Conforme o professor Ávila, de lá para cá não houve mudanças na legislação capazes de alterar esse quadro. Constatou-se que a tributação sobre o rendimento se realiza segundo o princípio da progressividade: quem tem renda mais elevada contribui com mais; quem possui menor condição econômica paga menos. A maior parte da tributação, entretanto, é realizada sobre o consumo, que não guarda relação direta com a renda ou a riqueza do contribuinte. Ainda segundo a pesquisa, a carga fiscal sobre o consumo opera regressivamente, ou seja, o peso sobre as classes mais baixas é maior. Assim, os encargos relacionados ao consumo para quem ganha até dois salários mínimos atingem 13,13% da renda, mas, à medida que se ascende nas faixas de rendimento, há redução contínua da pressão fiscal, chegando a 6,94% para os que recebem acima de 30 salários mínimos. Considerando-se a carga sobre renda e consumo, o estudo verificou que famílias com rendimento de até dois salários pagam 32,27% em impos-

tos, enquanto que as que recebem mais de 30 salários mínimos contribuem com 37,17%.

Lagemann explica que a opção de tributar o consumo está dentro da realidade do país, pois facilita o controle e amplia o universo de contribuintes, já que grande parte dos brasileiros trabalha na informalidade – portanto, sem pagar tributos sobre o salário. “É óbvio que no Brasil, onde há diferenças sociais gritantes, teríamos que apoiar mais a tributação sobre a renda, que corresponde à realidade dos países desenvolvidos.” Ele ressalta, no entanto, que, mesmo nesses países, se tributa o trabalhador assalariado e não as pessoas mais ricas. A diferença, segundo o professor, é que no Primeiro Mundo o trabalhador recebe melhor remuneração.

Na avaliação dele, tenta-se fazer justiça por meio da tributação com

A carga tributária é alta para quem paga e baixa para quem precisa

alíquotas diferenciadas, elevando a carga de impostos para bens consumidos por pessoas de mais alta renda e diminuindo-a em produtos básicos. Lagemann cita como exemplo a cesta básica, que não paga ICMS. “O problema é que por trás dessas alíquotas está a intenção de conseguir arrecadar mais. A diferenciação de alíquotas está poluída por essa preocupação.”

Concentração de renda – O sistema tributário brasileiro se caracteriza pela alta tributação sobre o consumo e o trabalho, e por menor carga de impostos sobre o capital. Essa forma de arrecadação, segundo o professor Ávila, agrava o problema da distribuição de renda no país, porque aquele que especula com seu dinheiro paga menos do que o assalariado. “Isso faz com que os que ganham mais continuem com mais, e os que ganham menos, com menos.”

Atualmente, a camada de maior poder aquisitivo, constituída por 9,28% da população, apropria-se de 41,47% da renda total, conforme estudo da Secretaria da Receita. No outro extremo, 7,73% da população com os mais baixos salários detém apenas 0,78% da renda.

O professor Lagemann considera que a cobrança de impostos pouco contribui para a desconcentração da renda. “A tributação torna todos mais pobres, porque tira recursos individuais. Eu retiro mais recursos de quem é mais rico, então o mais rico se aproxima do mais pobre.” Para ele, é preciso ter cuidado no momento do gasto, para não favorecer o rico. Lagemann explica que hoje há uma cultura de acompanhamento dos gastos públicos. “Antigamente, existia a concepção de que os políticos estavam voltados para a luta do bem-estar social, havia certa confiança. Hoje o político não tem mais crédito, por isso temos essa necessidade de transparência, seja por parte dos liberais, através do Fundo Monetário que sugere a criação de conselhos municipais de saúde, educação etc., ou por meio da esquerda, que propõe orçamentos participativos.” Esses mecanismos ajudariam a desconcentrar a renda já que se tem um controle direto dos gastos. O melhor caminho seria fazer uma política de salários, sem elevar a carga fiscal, para, através da maior arrecadação, começar uma política de distribuição.

Outro problema diz respeito aos altos encargos tributários e previdenciários pagos para montar uma empresa e contratar funcionários. “Os investidores preferem empregar recursos no mercado financeiro, com mais ganho e, geralmente, menor risco, em razão da constante modificação das normas tributárias em favor dos interesses arrecadatórios”, explica Ávila. O professor conclui afirmando que, infelizmente, as reformas tributárias não são formuladas para o interesse do país, “mas para favorecer os municípios, os estados, a União, o setor A, B ou C, as empresas X, Y e Z, e assim por diante”.

*Jornalista, formada pela Fabico

CONFIRA

Relação dos impostos e contribuições pagos pelos brasileiros

Cobrados pela União	incidente sobre importação e comercialização de petróleo, gás natural, álcool etílico combustível e seus derivados)
▶ IPI (Imposto sobre produtos industrializados)	▶ INSS (Contribuição para a seguridade social)
▶ IRPJ (Imposto de renda da pessoa jurídica)	▶ FGTS (Fundo de garantia por tempo de serviço)
▶ IRPF (Imposto de renda da pessoa física)	
▶ IOF (Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários)	Cobrados pelos estados
▶ ITR (Imposto sobre a propriedade territorial rural)	▶ ICMS (Imposto sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação)
▶ II (Imposto de importação)	▶ IPVA (Imposto sobre a propriedade de veículos automotores)
▶ CPMF (Contribuição sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira)	▶ ITCMD (Imposto sobre a transmissão <i>causa mortis</i> e doação, de quaisquer bens ou direitos)
▶ PIS - Programa de integração social/Pasep - Programa de formação do patrimônio do servidor público (Contribuições pagas por pessoas jurídicas ao trabalhador em forma de rendimentos ou abonos salariais)	Cobrados pelos municípios
▶ Cofins (Contribuição para financiamento da seguridade social)	▶ IPTU (Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana)
▶ CSLL (Contribuição social sobre o lucro líquido)	▶ ITBI (Imposto sobre a transmissão de bens imóveis)
▶ Cide (Contribuição de intervenção no domínio econômico -	▶ ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza)



Cresce economia solidária na UFRGS

Trabalho Núcleo extensionista projeta criação de quiosque para comercialização

Jacira Cabral da Silveira

Na semana que antecedeu a Páscoa, o Núcleo de Economia Alternativa/Incubadora de Cooperativas Populares da UFRGS (Nea/Incop) montou no Campus Centro, ao lado da Faculdade de Educação, uma feira de produtos de 15 empreendimentos nas áreas de alimentação, confecção e reciclagem. Entre os expositores, a rede Unisol de Confeções, reunindo o trabalho de 12 grupos de costureiras e o Geração-POA, grupo que realiza oficinas de reciclagem com pessoas em tratamento de saúde mental.

O Nea é um atividade de extensão, atualmente vinculada à Faculdade de Ciências Econômicas, que apóia iniciativas dentro do conceito de economia popular solidária (EPS). Segundo o economista e coordenador do núcleo, professor Carlos Schmidt, o Nea assessora a criação de cooperativas e associações, além de ministrar cursos para qualificar diferentes grupos no sentido do autogerenciamento, abordando questões como a busca de mercado.

Um destes grupos, Artesanato e Extrativismo Vegetal de MaquinéRS, que confecciona vestuário a partir do algodão natural sem processamento químico, expôs de 6 a 9 de abril na Feira Nacional de Economia Solidária, em São Paulo.

Ainda em abril, o Nea promoveu o curso "Economia Invisível", solicitado pelo grupo de mulheres camponesas organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas e MST. Para Schmidt, o que estas



mulheres produzem não entra no circuito comercial para a subsistência familiar. "Não está embutido no preço da mandioca o trabalho de quem alimenta o agricultor", explica. É justamente esta situação que as camponesas buscam compreender junto ao núcleo, para tentar estabelecer políticas públicas que as protejam. "Não existe luta eficaz sem conhecimento", argumenta o professor.

No próximo mês, o núcleo participará também da Conferência Nacional de Economia Solidária, propondo a discussão "Especulações sobre o caminho da mudança", que analisará a inserção da economia solidária no mundo do trabalho em transformação.

Projeto pioneiro – O Conselho Universitário aprovou, em 2005, projeto pioneiro de espaço de comercialização de economia solidária encaminhado pelo Nea. De acordo com o coordenador do núcleo, Carlos Schmidt, já está na conta da Fundação de Apoio da UFRGS (Faurgs) a verba de R\$ 104 mil proveniente da Finep. Além da construção do quiosque, os recursos deverão ser investidos nas demais atividades do núcleo.

Entusiasmado com a perspectiva de ser criado na Universidade espaço exclusivo para venda permanente de produtos resultantes de atividade de economia solidária, o professor e economista informa que já existe uma bolsista de Arquitetura, sob a orientação do professor José Carlos Lemos, realizando os primeiros levantamentos para a elaboração do projeto arquitetônico do quiosque. Carlos Schmidt diz que "a linguagem arquitetônica vai dialogar com os objetivos de sustentabilidade do projeto que são: econômicos, sociais e ambientais".

O projeto "Espaço de comercialização da Ecopopul e consumo consciente" foi encaminhado à Finep através da ação conjunta da Faculdade de Ciências Econômicas, do Núcleo de Economia Alternativa e da Incubadora de Cooperativas Populares. Além da comercialização dos produtos deste setor, os idealizadores propõem o quiosque como espaço interdisciplinar para discutir temas como as condições de produção, logística, competitividade e qualidade do produto.

Schmidt afirma que ênfase principal do quiosque será o consumo consciente: "O projeto pretende desenvolver práticas e conhe-

cimentos sobre novas alternativas de relacionamento entre produtores e consumidores".

Embora o Nea tenha sido criado como atividade de extensão, Schmidt entende que iniciativas como o quiosque abrem uma perspectiva de mudança, na medida em que diferentes cursos poderão aproveitar o espaço para reflexões como a racionalidade econômica proposta pela economia *standart* e sua ampliação para outras racionalidades possíveis; a exploração de alternativas de relações econômicas; a discussão da sociodiversidade.

Do ponto de vista do impacto social, o projeto tem como metas melhorar a renda dos grupos envolvidos na economia popular solidária e dos familiares de agricultores, desenvolver um relacionamento comercial e social mais democrático e promover novas relações entre produtores e consumidores.

À medida que os resultados forem sendo analisados, serão socializados

Idéia é criar novo relacionamento entre produtores e consumidores

através de publicações multimídia, palestras e discussões. Outras universidades públicas e comunitárias serão contatadas como forma de incentivar a criação de outros espaços para o comércio e consumo consciente de produtos de economia solidária. Até mesmo igrejas, vilas populares e órgãos públicos constam da lista de possibilidades do projeto do Nea para a implantação de quiosques de EPS. "É uma idéia inovadora", enfatiza o professor.

Economia solidária? – No primeiro Fórum Social Mundial, em 2001, a questão da economia popular solidária foi tema de alguns debates. Segundo um dos membros do Nea, Gilmar Gomes, o núcleo esteve presente no Fórum juntamente com a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (Ecosol), criada um ano antes na cidade de Mendes, no Rio de Janeiro. Depois do Fórum, intensificaram-se as articulações entre ONGs brasileiras e de países como Espanha e França.

Com a rápida evolução do tema em nível internacional, no FSM de 2002 a Ecosol ganhou *status* de se-

minário e, no ano seguinte, transformou-se em um eixo temático. No último Fórum, em 2005, foi o eixo principal do evento. Para Gilmar Gomes, que tem experiência na área de formação e incubação de cooperativas populares e é educador de jovens e adultos, a premência desta discussão tem favorecido a construção e o envolvimento permanente de muitos setores.

"A economia popular solidária nasce como uma resposta alternativa ao confronto entre a economia estatizada e o mercado privatizado. E orienta-se por valores não mercantis, como a solidariedade, a autonomia, a igualdade e a democracia", explica o economista da Cáritas Brasileira, Ademar Bertucci no texto "Economia Popular Solidária: alternativa à crise ou nova cultura do trabalho?" Bertucci é um dos teóricos que embasam as ações do núcleo.

De acordo com ele, dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelam que, neste final de século, "existe quase um bilhão de desempregados no planeta, ou seja, quase 30% de toda a força de trabalho". Mais pessimistas são os relatórios da Cruz Vermelha Internacional, nos quais consta que os famintos do mundo chegam a 802,3 milhões, sendo 67,2 milhões da América Latina.

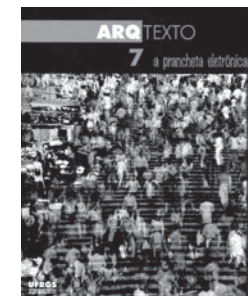
"Frente ao desemprego e à exclusão social decorrente da crise do trabalho, a luta pela sobrevivência tem movido esse grande contingente de excluídos", argumenta Bertucci. De acordo com o teórico, as populações têm buscado alternativas diversificadas, quer através de estratégias individuais, familiares, associativas, comunitárias, cooperativas ou redes.

Nessa perspectiva de organização popular, o Nea, com base em seu caráter interdisciplinar, realiza atividades junto aos grupos que o procuram conforme suas necessidades. Se a demanda implicar na formação de grupos e lideranças, o enfoque virá da área da Psicologia Social. Caso os interesses impliquem legislação cooperativa, junta comercial etc., a demanda será atendida dentro do campo do Direito. Quando as questões apresentadas referem-se à gestão administrativa ou planejamento estratégico, a consulta será sob a ótica da Administração. "Questões de gênero são também muito presentes e requerem de nossa parte sensibilidade para saber encaminhá-las e/ou contribuir para sua superação no âmbito da economia solidária", afirma Gilmar Gomes em relatório.

Vitrine dos periódicos

Arqtexto - 7
A prancheta eletrônica
Nº 2 - 2005 - Ano VI

Revista semestral publicada pelo Departamento e pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura da UFRGS
Editor: Fernando Fuão
R\$ 12



A revista propõe uma reflexão sobre a representação arquitetônica, destacando o papel do

arquiteto de prancheta, expressão que se refere aos profissionais que projetam sem ver o local e ignorando a situação sociocultural e/ou topográfica. Abrindo a edição, a entrevista exclusiva com César Wagner, professor da Escola de Arquitetura da Universidade de Auckland, Nova Zelândia, que participa do projeto Maori Studio. Reunindo professores e alunos da instituição e as comunidades maoris, o projeto vem sendo desenvolvido desde 1997 e utiliza a arquitetura como um agente de melhoria da qualidade de vida. Um dos artigos, intitulado "Arquitetura, os moradores de rua e a transfiguração de nossa sociedade", lança um olhar sobre os abrigos improvisados pelos moradores de rua em cidades como São Paulo, Tóquio e Los Angeles. Essas "cidades de papel e plástico" foram analisadas pela autora, Maria Cecília Loschiavo, que constatou a grande presença de todos os tipos de embalagens, com as quais os moradores de rua criam uma variedade de soluções para a vida doméstica no espaço público.

Acta Scientiae Veterinariae
Nº 44, Ano 23, setembro de 2005

Revista quadrimestral publicada pela Faculdade de Veterinária da UFRGS
Editor: Sérgio Marley M. Monteiro
R\$ 12



Esta edição apresenta artigos originais, comunicações curtas e relatos de casos sobre temas que envolvem

todos os aspectos da prevenção de doenças, diagnóstico e procedimentos terapêuticos e sua interface com a saúde pública. Alguns dos artigos tratam de temas que dizem respeito diretamente à qualidade da cadeia produtiva do Rio Grande do Sul. Um deles, mostra que falta de controle nas temperaturas de armazenamento de alimentos é preocupante. Um estudo descobriu que os estabelecimentos comerciais de Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul, apresentam alto índice de inadequação em suas temperaturas, um problema que pode causar sérios riscos à saúde do consumidor, necessitando de uma vigilância mais eficiente.

As publicações aqui divulgadas podem ser adquiridas nas Livrarias da UFRGS

Diversidade de ações

O Núcleo de Economia Alternativa da UFRGS (Nea) atua também como Incubadora de Cooperativas Populares. Professores, técnicos e bolsistas fazem parte da equipe, que tem como sede a sala 39 do prédio da Faculdade de Ciências Econômicas (Av. João Pessoa, 52), telefone (51) 3316-3075 ou 3316-4039. A partir de iniciativas locais, das comunidades, dos bairros, dos trabalhadores da cidade e do campo o Nea realiza as seguintes atividades:

- ▶ Cursos de capacitação em cooperativismo e autogestão; Montagem do estatuto; Acompanhamento durante o processo de legalização; dos contratos;
- ▶ Organização do colegiado para dirigir a cooperativa/ associação;
- ▶ Registros legais: impostos, taxas, contabilidade, etc;
- ▶ Formação de lideranças;
- ▶ Prospecção de mercados;
- ▶ Capacitação em gestão contábil e planejamento estratégico;
- ▶ Organização de redes; feiras e eventos; associações, manifestos, atos públicos, op, etc.;
- ▶ Levantamento da situação econômica dos grupos;
- ▶ Montagem de projetos de extensão; de cursos e oficinas;
- ▶ Busca de editais para financiamento de atividades de extensão e incubação de cooperativas.

Projetos de pesquisa fazem a diferença

Comportamento *Repórteres do Jornal acompanham um dia na Creche da UFRGS*

Caroline da Silva*
e Jacira Cabral da Silveira

Há 24 anos, a UFRGS mantém a Creche Francesca Zacaro Faraco, no prédio 21.140, no Campus Saúde, com entrada pela rua São Manuel. Todo início de ano é divulgado através de edital o número de vagas para filhos de funcionários, perfazendo um total de 144 vagas para crianças de três meses a seis anos. Com pressupostos pedagógicos baseados no construtivismo e na psicologia sócio-histórica, um dos grandes diferenciais da Creche Francesca é a frequência de projetos de pesquisa desenvolvidos junto aos setores de saúde, pedagogia, educação física e psicologia. Todos submetidos à aprovação da direção e da coordenação pedagógica.

Há quatro anos, a professora do curso de Enfermagem da UFRGS, Dagmar Elaine Kaiser coordena o projeto de extensão na área da saúde. O programa é dirigido às crianças, professores e funcionários e visa prestar assessoria permanente, através de conversas individuais e palestras. Este ano, Dagmar conta com a participação de uma estagiária do curso com quem desenvolve, entre outras atividades, acompanhamento de vacinas, supervisão de eventuais medicações prescritas pelos pediatras das crianças, noções de saúde para pais e levantamento de dados sobre acidentes infantis para poder evitá-los.



FOTOS: FLÁVIO DUINA

A hora do conto é uma alternativa da biblioteca

A coordenadora da Unidade de Nefrologia Pediátrica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Noêmia Perli Goldraich, também desenvolve uma série de projetos. Na Creche da UFRGS um dos mais antigos e que pode ser conferido à página www.famed.ufrgs.br/projetos/nefroped/fraldas/index.htm trata do processo de retirada de fraldas. Considerando que a maioria das crianças que são levadas a deixar as fraldas quando ainda não estão prontas pode apresen-

tar distúrbios no controle da eliminação da urina e das fezes, foi desenvolvido um trabalho de pesquisa junto às crianças, pais e professores da creche para amenizar esta grave consequência.

Um dos projetos mais recentes, coordenado por Noêmia, trata do incentivo à ingestão de água e leite por crianças da escola infantil. Segundo pesquisas feitas na Europa, até os sete anos de idade, as crianças não bebem água pura. "Uma das implicações deste costume é a

obesidade", argumenta a pesquisadora. Segundo ela, 50% das crianças que deixaram a creche da UFRGS em 2005 apresentaram peso acima normal. Outra consequência da falta da ingestão de água é a prisão de ventre. "Doenças como infecção urinária e pedra nos rins começam a aparecer em crianças." Existem ainda outros projetos em desenvolvimento na área da saúde que contam com a colaboração de bolsistas, funcionárias da creche e mães de alunos.

Diário de Creche

Por volta das 8h30min, a professora de informática da Escola Técnica, Joana Cunha, pára o filho Bernardo de quatro anos no corredor da creche para um cumprimento de beijo. Ele entra na sala do Jardim A, larga a mochila e vai correndo para o pátio encontrar os amigos. A mãe segue a reboque, puxada pela mão para conferir a brincadeira.

Enquanto isto, os bebês do maternalzinho lancham iogurte de morango. Arthur toma dois copinhos com uma colher em cada mão. Não dá outra, acaba tendo a roupa trocada pela técnica em enfermagem, que também limpa com soro fisiológico o nariz das crianças. Depois do lanche, alguns seguem engatinhando para a aula de Educação Física.

Juliano pega carona no "rabo de cometa", sentando na caixa puxada pela professora com o auxílio de uma corda. O caminho realmente parece a Via Láctea, "estrada tão bonita": bolas de todos os tamanhos, texturas e cores rolam pelo

chão e atraem a atenção das crianças de dois anos.

No refeitório, o Maternal II toma o lanche. Na sala de vídeo da Ludoteca, os Jardim B1 e B2 se acomodam nos colchões e almofadas para a "contação" de *Os músicos de Bremen*. A bolsista do projeto *Conta mais*, da Coordenadoria de Educação Básica e Profissional, tem ajuda para narrar o conto. Heitor, de 6 anos, não se cansa de repetir que conhece a história e antecipa os fatos, enquanto a estudante de Filosofia se desdobra para tornar a contação mais atraente.

Já são quase 11h e as crianças do berçário e do maternalzinho almoçam papinhas e sopas. No final, todas precisam passar pela banheira. De banho tomado, "Garibaldi foi à missa, num cavalo sem esporas, o cavalo tropeçou, Garibaldi caiu fora!" e as duas pernas da professora embalam as gêmeas Clara e Alice.

As turmas de jardim nível B são as últimas a ir para o refeitório,

cerca de meio-dia. Cada criança se serve de feijão, arroz, moranga caramelada ou da sopa de letrinhas com legumes. A professora desfia a carne de panela e o prato de alface e repolho passa pelas mesas.

Helena demora com a comida. Depois de mostrar à repórter, aos amigos e à professora que comeu tudo, serviu-se de um generoso prato de sopa, já sem caldo. Ela põe de lado cada pedacinho de folha verde da sopa: "Não gosta de nada verde, Helena?". "Não, eu como salada de alface", responde a filha da nutricionista Viviane da Silva Anselmo, integrante dos programas de saúde da creche.

Após o almoço, vem aquele soninho... principalmente para os menores. Mas algumas crianças do jardim nível A também não resistem ao sono e dormem durante o DVD Dinossauro, da Disney.

Bernardo, nosso amigo da chegada, permanece atento e não perde uma cena. A repórter pergunta a um menino do jardim B: "O que vocês vão fazer agora?" Ele responde a obviedade com uma gargalhada: "Tu não sabe o que se faz depois do almoço? Tem que

escovar os dentes, né?". E também tomar água, pois eles não ingerem líquido durante a refeição.

Todas as salas de aula têm uma bombona d'água e cada criança tem sua canequinha com o nome. Depois de hidratadas, as crianças de seis anos se divertem com as mais variadas brincadeiras. Numa sala, as crianças sentadas em fila simulam um avião com piloto e tudo. Na outra, enquanto uns

desenham, outros montam as armas para seus super-heróis.

Maria Eduarda, 1 ano e 2 meses, senta toda perfumada ao lado da repórter para folhear o livro com capa estofada. Depois da papa de frutas, talvez seja necessário mais um banho. Karen, professora do berçário, diz que trabalhar com criança é uma terapia, mesmo depois de tantos babeiros sujos e de muitas fraldas trocadas.

À tarde, as brincadeiras são no pátio grande, que dá para a Rua São Manoel. Hoje o lanche para as crianças maiores será bolo e leite batido com banana. No jardim A, as professoras Isabel e Daniele prepararam um teatrinho de fantoches para trabalhar alguns valores. As crianças das duas turmas de jardim B estão ocupadas com o estudo do corpo humano e a visita à biblioteca.

Mais tarde chega a hora do jantar. A partir do maternal, eles comem uma fruta diferente a cada dia para que todos aprendam a comer alimentos mais saudáveis. Como diz a doutora Noêmia, "é melhor comer uma laranja e tomar água, do que tomar três laranjas espremidas".

O pai de um dos bebês de colo é o primeiro a chegar. A professora confere com as colegas se foi tudo normal, se a criança comeu bem, se fez cocô. As professoras, refeição a refeição, fazem uma avaliação de cada um: bom, muito bom, X (não comeu)... Esse mesmo pai encontra a nutricionista no corredor e pede orientações de como deve ser feita a sopa em casa.

Outra consulta já havia sido dada à mãe de André, de seis meses, quando veio, no meio da tarde, amamentar seu filho. Os cuidados com a nutrição são muito específicos na creche da UFRGS. Régia, às 16h30min, observava atentamente um menino com restrição à proteína tomando o jantar mais cedo, pois

Pergunte ao professor ?

O que é biotecnologia?

A biotecnologia, em sentido amplo, compreende o uso de qualquer organismo vivo ou de substância de organismo vivo em algum processo que leve à obtenção de um produto. A biotecnologia não é uma ciência nova. Provavelmente, começou quando pela primeira vez o homem descobriu como processar leite ou suco de frutas para obter um novo alimento. Nestes milhares de anos da história da humanidade, novos produtos e processos foram desenvolvidos e introduzidos na vida diária, lentamente.

Com a biotecnologia moderna, o que antes se fazia por tentativa e erro, de maneira totalmente empírica e imprevisível, hoje é feito de maneira dirigida e com alta previsão de resultados. Isto é possível graças ao desenvolvimento das técnicas que permitem estudar e manipular controladamente o DNA, isto é, a informação genética dos organismos. Assim como os primeiros homens que conquistaram o fogo não conseguiam imaginar os usos que hoje fazemos dele e o que representa para nosso bem-estar, nós também não conseguimos imaginar claramente os produtos e processos biotecnológicos que proporcionarão a nossos bisnetos um nível de vida melhor do que o nosso.

Produtos e processos da biotecnologia que hoje fazem parte da vida cotidiana não podiam sequer ser sonhados poucas décadas atrás. Hoje, por exemplo, o hormônio do crescimento humano não é mais extraído de cadáveres humanos, mas obtido no leite de vacas transgênicas, portanto, em quantidades para todos os pacientes e sem possibilidade de contaminação por vírus.

A introdução de genes selecionados permite controlar ervas daninhas sem o árduo e escravizante trabalho de capina manual. Com a troca de genes entre as espécies de feijão que comemos prescindiremos de agroquímicos para controlar os principais insetos-praga, aumentando a qualidade e diminuindo o custo deste alimento. A possibilidade de obter por via biotecnológica produtos hoje derivados do petróleo abre perspectivas de melhora de condições de vida que mal se pode imaginar.

Carlos Termignoni
Professor do Centro de Biotecnologia e do Departamento de Bioquímica do ICBS-UFRGS

daquele horário em diante faria jejum para uma endoscopia.

No corredor, o pai de Carolina, do jardim B, fala do Grenal. Neste instante, passa correndo uma menina do jardim B ao encontro da mãe. Com o bocão aberto, ela mostra a "janelinha" que surgiu naquela tarde. A alegria da menina encontra o abraço apertado da mãe que a ergue no colo para comemorar.

*Jornalista, formada pela Fabico



Na creche, o brinde é com água, sem bebidas doces

TV digital vai ampliar ou elitizar o acesso à informação?

Ânia Chala e Ademar Vargas de Freitas

Em abril, os governos do Brasil e do Japão assinaram memorando com os compromissos de cada um em torno da implantação da TV digital no País, o que aproximou ainda mais a escolha do governo brasileiro do padrão japonês, conhecido pela sigla ISDB. Falta, entretanto, o anúncio oficial pelo presidente Lula, cuja data não está marcada. A instalação de uma fábrica de semicondutores no Brasil, que vinha sendo apresentada pelo governo brasileiro como condição básica para a escolha do padrão de TV digital, acabou não constando do documento. No memorando também se prevê a absorção de tecnologia desenvolvida no Brasil pelo padrão japonês, a participação no consórcio responsável pela tecnologia, a criação de um centro de desenvolvimento no País, a dispensa de pagamento de *royalties* e o financiamento, pelo Japan Bank for International Cooperation, da transição dos radiodifusores brasileiros para o sistema digital.

O Jornal da Universidade ouviu quatro profissionais envolvidos direta ou indiretamente na questão: o professor Altamiro Amadeu Suzin, que coordena as pesquisas do Departamento de Engenharia Elétrica da UFRGS sobre um método de codificação de vídeo chamado H264; o engenheiro Luiz Sperotto, diretor-técnico da Rádio da Universidade e da UniTV; o diretor de tecnologia da Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), Fernando Ferreira; e o presidente da Câmara de Conteúdo do Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), Alexandre Kieling.

Histórico – Em 2003, o governo federal instituiu por decreto o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), lançando a proposta da montagem de consórcios que estudariam diferentes partes do projeto. A UFRGS, através do Instituto de Informática e do Departamento de Engenharia Elétrica, participa do consórcio H264 Brasil, coordenado pela PUC do Rio de Janeiro, que procura desenvolver um padrão próprio para a compressão de imagens. Também integram o consórcio as universidades federais do Rio de Janeiro (UFRJ), do Rio Grande do Norte (UFRN), de Brasília (UnB) e de Campinas (Unicamp), e o Instituto Militar de Engenharia (IME), entre outros.

Altamiro Amadeu Suzin, professor com atuação nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Computação, Engenharia Elétrica e Microeletrônica, esclarece que nenhum desses consórcios tem estudado a TV digital como um todo e que é preciso olhar para trás para entender o que está acontecendo. “O decreto que criou o SBTVD dizia que o objetivo era a inclusão digital, para chegarmos a um sistema de duas vias em que o telespectador assistiria a um determinado programa, podendo interagir retornando informações.” No entanto, falta definir como um país com as dimensões do nosso seria coberto com um canal de retorno.

O projeto do governo era dividido em três fases: a primeira envolvia um estudo preliminar que permitisse uma tomada de decisão inicial, e isso segundo o professor foi feito; a segunda fase seria de desenvolvimento; e a terceira, de implantação. “Tínhamos dois ou três anos para desenvolver um sistema brasileiro de compressão de vídeo, mas acho que por falta de informação começou a aparecer na mídia que poderíamos desenvolver a televisão digital brasileira em um ano. A Universidade tem todo o interesse em continuar trabalhando no projeto, mas as coisas andam devagar.”

Tecnologia Especialistas apontam as transformações que a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital poderá trazer para a população em termos de democratização da informação

Suzin destaca que a TV digital representa uma nova tecnologia de comunicação e que o fato de possibilitar alta definição é uma vantagem adicional, mas não é a mais importante. Se implantada como previsto pelo decreto de 2003, permitiria uma infinidade de facilidades, inclusive acesso à Internet e à educação a distância. “Se a TV digital popularizar o acesso à informação através da interatividade, o resultado será uma mudança do próprio perfil do telespectador”, conclui.

Fernando Ferreira, diretor de tecnologia da RBS também acredita que surgirá um novo telespectador. “Não podemos esquecer que a geração nova foi formada na era da Internet e está muito mais acostumada a navegar e a ter outros recursos. A forma de pensar e o grau de exigência deles são diferentes.” O dirigente considera que é preciso suprir as exigências desse segmento e que o desafio de quem faz televisão é usar os novos recursos da tecnologia para propiciar uma televisão mais atrativa, que dê um envolvimento maior a quem a assiste.

Como a televisão no Brasil é uma febre nacional, Suzin considera que seria excelente que se aproveitasse a implantação da TV digital para disseminação de educação e cultura. “Quando se implantou a televisão analógica, dizia-se que ela iria salvar o país porque a educação chegaria a cada casa, mas não foi o que se viu.” Hoje, também se diz que a Internet pode resolver o problema da educação...

Sperotto, lembra que quando houve a implantação da televisão educativa, todos imaginaram que o problema da disseminação de conhecimento estaria resolvido. Depois, os governos reduziram os investimentos e a produção dessas emissoras caiu de qualidade. Isso sem falar em seu uso político. Quando surgiu a TV por cabo, novamente surgiu a expectativa de ampliar o acesso à educação, que foi limitado pelos altos custos das assinaturas mensais.

O dirigente da RBS também lamenta que as TVs educativas não produzam conteúdos educativos de qualidade e faz uma crítica: “Uma ou outra dessas emissoras produz bons programas, mas a maioria costuma se espelhar no Canal Futura.”

Oportunidades e armadilhas – Enquanto, no sistema analógico, um canal de seis megahertz pode transmitir um único programa, no digital, com os mesmos seis megahertz podem ser transmitidos oito programas diferentes. O professor Suzin diz que o sistema de compressão de vídeo permite o uso mais racional desse canal, mas exige processamento digital altamente sofisticado e eficiente. Para ele, o mais importante é que consigamos colocar a engenharia brasileira na televisão digital. “Qualquer que seja o sistema de modulação adotado, ele deve possibilitar a criação de espaço para os produtores de conteúdo brasileiros, para jornalistas, para o pessoal da área de ensino, enfim, a instalação dessa tecnologia deveria ter a contribuição da competência nacional. A pior coisa será se o sistema chegar aqui como caixa-preta, pois ficariamos na dependência de toda uma tecnologia estrangeira e

isso seria um desastre.”

Já o engenheiro Luiz Sperotto, diretor-técnico da Rádio da Universidade e da UniTV, alerta para o fato de que quando um sistema novo está para ser implantado fala-se apenas em suas vantagens e se omitem as desvantagens. E enumera exemplos. Quando houve o lançamento do CD em substituição aos discos de vinil, divulgou-se que ele era a solução para todos os problemas e que seria indestrutível. O tempo provou que não era bem assim. Na telefonia celular, a transição do sistema analógico para o digital revelou-se um grande negócio para as operadoras. “O analógico tinha a vantagem de funcionar em qualquer lugar, já o digital funciona ou não. Para as operadoras foi ótimo, porque num mesmo canal elas colocaram 10 vezes mais serviço e, assim, puderam ter mais clientes. Mas, do ponto de vista do consumidor, o som perdeu qualidade e há locais em que simplesmente não existe sinal”, critica o engenheiro.

Sperotto também afirma que muito se fala das vantagens da TV digital, mas ninguém lembra de um pequeno problema: se o telespectador tem uma antena deficitária ou reside num bairro em que a recepção não é boa, como o bairro Floresta, em Porto Alegre, com uma antena externa ou interna bem ou mal ele conseguirá sintonizar alguns canais. Se for o sistema digital, não. “É o mesmo caso dos celulares, ou entra bem ou não entra.” Fernando Ferreira, corrobora essa afirmação dizendo que as empresas de radiodifusão terão de colocar reforçadores de sinal em determinados pontos da cidade, como aconteceu com o celular.

Além disso, segundo Sperotto, a implan-



No Brasil, a televisão é uma verdadeira febre nacional

tação da televisão digital vai significar um investimento muito grande por parte de quem vai operar o sistema. Mas não está muito claro quem serão esses operadores. “Serão as mesmas grandes empresas de comunicação ou vão entrar novos agentes?”

Já Fernando Ferreira lembra que, na mudança do telefone celular analógico para digital, não houve polêmica nem questionamento. Ele passou a oferecer outros serviços: no início era só telefone, só voz. Hoje, tem voz com mais qualidade, voz por *VoIP* (tecnologia que converte o sinal de voz em sinal digital), fotos, acesso à Internet, comércio eletrônico, envio de *e-mail*, *download* e *streaming* de vídeo e, agora, promete transmitir televisão.

Sperotto vê alguns perigos quanto ao uso de tecnologia nacional pelo novo sistema. “Dizer que o Brasil vai criar um sistema brasileiro de televisão digital e não vai pagar *royalties* é demagogia. O sistema atual já paga *royalties*.” Ele acha possível diminuir um pouco esse custo, mas quer inventar um formato próprio lhe parece muita pretensão.

Desde 1989, o Japão está pesquisando um sistema de alta definição, enquanto os Estados Unidos estão desenvolvendo seu sistema

Interatividade: benefício ou artifício?

A principal vantagem anunciada pela nova tecnologia é a possibilidade do telespectador interagir em tempo real, enviando mensagens, respondendo a pesquisas e acessando dados complementares à programação transmitida. Também se fala no uso do sistema para ampliar a rede de educação a distância, para acesso à Internet e para difusão de informações como extratos de Fundo de Garantia, INSS e outros serviços públicos. No entanto, restam dúvidas sobre a gratuidade de algumas dessas facilidades.

Luiz Sperotto, diretor-técnico da Rádio da Universidade, desconfia das vantagens da interatividade e diz que o ganho maior ainda será dos geradores de conteúdo. Ele pergunta: “De quem é a vantagem quando tu podes responder via TV ou telefone celular a determinadas pesquisas? A quem interessam os resultados?”. O dirigente acrescenta às suas ponderações a convicção de que o telespectador manterá uma atitude passiva frente a algumas novidades, como a interatividade. “Uma coisa que funciona muito bem na Europa e nunca pegou no Brasil foi o tele-texto. O brasileiro quer é assistir televisão comodamente, sem estar a toda hora respondendo a uma enquete ou tecendo mensagens durante a transmissão dos programas”, acrescenta o engenheiro.

Quem discorda completamente é o

diretor-técnico da Associação Brasileira de TVs Universitárias (ABTU), o professor Alexandre Kieling, que até abril era também o diretor da TV Unisinos. Ele integra o Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), como coordenador da Câmara de Conteúdo daquele órgão. O Conselho é uma das instâncias que deveriam participar do processo de decisão a respeito da tecnologia a ser implantada no Brasil para a transmissão terrestre de TV digital e por dois anos vem analisando documentos e discutindo premissas importantes para o processo de decisão.

Kieling acredita que a tal atitude passiva diante da televisão é uma bela mentira. “A teoria da comunicação já provou que as coisas não são assim, porque quando estou fazendo um ato de comunicação estou produzindo sentido, que só vai se completar a partir do momento em que o outro ouvir, assistir ou ler o que proponho e reagir a isso. Ninguém fica passivo diante de uma proposta discursiva. O que é veiculado na televisão é uma proposta discursiva, diante da qual sempre reagimos.” Ele afirma que a passividade se aplica quando observamos a televisão apenas do ponto de vista do dispositivo tecnológico e acrescenta que, mesmo que hoje não consigamos a comunicação direta com as emissoras de televisão, ainda podemos telefonar, enviar um *e-mail* ou uma carta.



FOTOS: FLAVIO BURTA

há mais de 10 anos. Por isso, o engenheiro considera que o trabalho dos núcleos de pesquisa brasileiros deve ser direcionado à adaptação da tecnologia digital às nossas características e ao barateamento de seu custo. Para o diretor-técnico da Rádio da Universidade, o Brasil deve se preocupar em produzir equipamentos mais baratos para fazer a transição, como o *set top box* (dispositivo que transforma o sinal digital em analógico, permitindo a quem não dispõe de aparelho digital assistir à programação gerada na nova tecnologia). “Sou radicalmente contra a criação de um sistema brasileiro. O PAL-M (um híbrido entre o sistema de cor alemão sobre o padrão de transmissão americano, adotado quando da implantação da TV em cores no Brasil) foi o maior mico que pagamos, assim como a lei da reserva de mercado da informática, que resultou num grande atraso”, conclui.

Indústria e tecnologia – Para o professor Alexandre Kieling, diretor-técnico da Associação Brasileira de TVs Universitárias (ABTU), a radiodifusão comercial brasileira tem resultados extremamente interessantes do ponto de vis-

ta da produção de conteúdo, e a entrada do sistema digital permitirá a construção de uma cadeia produtiva no segmento audiovisual. “Acho que isso nos dará autonomia intelectual, autonomia na produção de conhecimento e na produção cultural. Será possível gerar uma grande indústria audiovisual no Brasil, desde que isso seja visto nessa perspectiva e que não haja mais iniciativas sem uma política pública para o setor.”

O dirigente da ABTU entende que o importante é fazer com que a opção do governo, que em princípio elegeu o sistema japonês, assuma um caráter estratégico com os japoneses tendo que incorporar ao seu padrão o que foi desenvolvido no País. “Do contrário, estaríamos colocando no lixo tudo o que foi feito até agora, queimando milhões de reais dos quais teríamos que prestar contas à sociedade brasileira.” Kieling acha que agora cabe à comunidade acadêmica fazer com que aquilo que foi desenvolvido até aqui se transforme em produto, tenha capacidade de ser industrializado e possa ganhar escala para que o consumidor final consiga ser beneficiado com a redução de custo na compra do *set top box*. “É a hora de mostrar resulta-

prando espaço comercial. Logo, a viabilidade financeira deste tipo de empreendimento está entrando em esgotamento. E é aí que entra a disputa entre as empresas de telefonia e a radiodifusão: enquanto as teles batalham para oferecer conteúdo pago via telefonia, a radiodifusão briga para que esse conteúdo se mantenha gratuito.”

Como coordenador da Câmara de Conteúdo, Kieling entende que o mais importante é garantir o cumprimento do decreto que criou o sistema de TV digital. “Acho que deveríamos entupir o Congresso de sugestões e preocupações, porque isso vai ter que passar por lá. O que decidirmos agora vai definir as nossas vidas até o final deste século. Ou a gente dá o grande salto da tecnologia que nos coloca em outro patamar de desenvolvimento ou vamos permanecer no Terceiro Mundo. Não há como ficar no meio termo”, conclui.



O professor, que participa dos dois consórcios de pesquisa em TV digital, liderados pela Unisinos, diz que a escolha do padrão a ser adotado no País não é apenas uma questão tecnológica, mas do modelo de negócios da área da comunicação. “A legislação do setor é muito antiquada, e será preciso alterar o marco regulatório, e aí se abre uma frente política importante”, acredita Kieling, para quem há ainda uma discussão de fundo, que é o debate da propriedade do espectro eletromagnético. “Esta propriedade é de cada nação, que distribui concessões de uso. Hoje, temos um espaço estabelecido em seis megahertz, mas a entrada da digitalização permite uma sobra nessa banda. A grande pergunta é: vai-se devolver espectro?” Segundo ele, alguns procuradores da República já se manifestaram, entendendo que se trata de uma nova concessão. Sendo assim, haverá necessidade de redefinição do modelo de negócio, que hoje se limita à venda de espaço publicitário. “Se os economistas estudarem o assunto, verão que está diminuindo a fatia de financiamento das empresas que investem em marketing com-

▶ O QUE VAI MUDAR

Qualidade

A principal qualidade da TV digital é a resolução: a imagem é formada por linhas, e a TV analógica tem atualmente 480 linhas, enquanto a TV digital terá 1.080 linhas. Outro item importante é o áudio, que terá qualidade superior, passa a ter cinco saídas, é como se fosse um *surround*. O formato também muda. De quase quadrada, na proporção 4x3, a tela passa a panorâmica, 16x9.

Interatividade

As emissoras vão oferecer interatividade, que, segundo o diretor de tecnologia da RBS, será cobrada à parte. Através do controle remoto se poderá comprar um CD, por exemplo. Será possível ver a história da novela em quadros parados, rever o gol enquanto a partida prossegue e o televisor grava, diminuir a imagem na tela do televisor e ver os bastidores. Na excepcionalidade, talvez se possa transmitir duplos conteúdos num mesmo canal, novela e jogo. Mas, com isso, a qualidade do áudio e do vídeo mudam, ficando próximo do analógico. Essa interatividade será para a televisão, o que foram os serviços da telefonia celular, quando passaram a oferecer câmera, enviar fotos e torpedos. A operadora de celular fatura com torpedo muito menos do que fatura com as chamadas. Mas a emissora de TV também vai poder lucrar muito pouco com essa interatividade.

TV x Teles

O essencial, para Fernando Ferreira, é continuar fazendo televisão de graça. “Queremos que o negócio TV continue sendo sustentado pela comercialização e não se torne um serviço pago. Mais recursos, cobram-se à parte, mas a TV é de graça.” Queremos que, daqui a três anos, o telespectador possa carregar uma telinha em formato de caderno, leve e fina. Não queremos excluir as operadoras de celular, mas há um modelo de negócios. Por exemplo: a TV transmite o jogo direto, e as operadoras de celular podem retransmitir os gols. Se esse sistema já estivesse em operação, imagens de lances do penúltimo Gre-nal, que só foi transmitido pela TV paga, poderiam ter sido vendidas para operadoras de celular, que as colocariam à disposição dos usuários. É um negócio que serve para todos. “O que não serve para as emissoras de TV é deixar a distribuição dependendo exclusivamente das operadoras de telefonia fixas e móveis.”

Brasileiro troca de TV

Com o novo *design*, tela fina, cristal líquido, o número de aparelhos comprados tem sido maior. O Brasil tem cerca de 60 milhões de aparelhos. De dez em dez anos, cinco ou seis milhões de brasileiros trocam a TV. Em ano de Copa do Mundo esse número sobe para sete milhões. Em 2005, foram 8 milhões de aparelhos trocados e, neste ano, serão de 9 a 10 milhões.

dos e garantir que o sistema seja mesmo híbrido. Mostrar nossa capacidade intelectual e de desenvolvimento associado à indústria, porque não adianta seguir fazendo isso só dentro das universidades.”

O professor Altamiro Suzin, que está na área de microeletrônica há cerca de 30 anos, vê a nova tecnologia como um fenômeno socioeconômico e não apenas técnico. Ele diz que a simples instalação de uma fábrica de circuitos eletrônicos não basta e dá um exemplo ilustrativo: “Na década de 70, visitei uma fábrica de computadores aqui no Brasil e fui convidado a ver a sofisticação da produção. Num galpão, cerca de 200 costureiras passavam um fio no meio dos núcleos das memórias de computador daquele tempo. Havia dois ou três engenheiros americanos e um ou dois brasileiros para supervisionar a produção. No dia em que aquelas memórias foram substituídas, o galpão deve ter virado depósito, e da ‘tecnologia brasileira’ nada sobrou.”

Assim, o professor considera importante que o País assuma a formação de recursos humanos para o desenvolvimento de ciência e tecnologia industrial para que se assegure a produção de bens e serviços, que nos dêem a capacidade de participar do crescimento das nações. Ele entende que o Brasil deve participar não só como consumidor das novas tecnologias e afirma que a convergência possibilitada pelo sistema digital exige uma nova política de comunicação, que não está sendo discutida no momento. “Organizar uma comitiva para conhecer os sistemas em seus países de origem é reduzir um problema de país a uma questão de balança de pagamentos, e isso é uma visão um pouco limitada.”

Nesse sentido, Alexandre Kieling lamenta que, até agora, a negociação com o Japão não tenha assegurado a implantação de uma fábrica de semicondutores.

O custo da novidade – Sobre a possível cobrança dos serviços que serão agregados ao novo sistema, o engenheiro Sperotto é pessimista: “Hoje, se diz que não teremos que pagar, mas daqui a pouco, junto com a vantagem da tal portabilidade, não sei se isso será

mantido. O modelo de TV aberta deve continuar, mas serão agregados novos serviços e esses, sim, me parece que serão pagos.” Para corroborar seu temor, ele dá como exemplo o que está ocorrendo nos Estados Unidos, onde as empresas de comunicação que têm licença para operar com a tecnologia digital estão cobrando dos telespectadores que já possuem um aparelho de TV de alta definição por um serviço ao qual eles já têm direito. Por conta disso, os americanos estão criando organismos para fiscalizar essas emissoras.

O especialista alerta que, em geral, o consumidor é muito fácil de enganar. “A maioria das pessoas confunde razão de aspecto com resolução de linhas. Hoje, os *shoppings* têm televisores analógicos com telas na proporção 16 por 9 e muita gente acha que aquilo é um aparelho de alta definição, quando é só uma televisão com definição standard com uma razão de aspecto diferente para possibilitar assistir a um DVD com essa razão de tela.”

Sperotto considera que a introdução da nova tecnologia rapidamente será vista como mais um objeto de consumo, que aumentará as despesas dos brasileiros.

“Antes, poucos tinham celular ou acesso à Internet e hoje todos investem nisso para não ficarem excluídos desses avanços.”

Do ponto de vista do consumidor, ele ressalta que a primeira coisa será o investimento no decodificador (*set top box*), que permitirá receber as transmissões no novo sistema. “Mas as mudanças ainda serão pequenas, porque os televisores analógicos são limitados. Claro, vai melhorar um pouco a qualidade da imagem, se o telespectador tiver uma boa recepção do sinal de TV em sua área.”

Fernando Ferreira diz que as empresas de radiodifusão levarão algum tempo até poderem transmitir totalmente no sistema digital, embora a maioria dos equipamentos de captação já seja digital. Aí ocorre uma situação estranha: as emissoras já têm excelente qualidade digital, mas precisam converter o seu conteúdo para analógico, degradando a qualidade, para transmitir. “O investimento mais relevante será feito nas câmeras, no suíte, no transmissor e na antena, que ainda não são digitais.”

O sistema digital exigirá a criação de uma nova política de comunicação

“Acá no pasó nada”

Memória Argentinos lembram a frase repetida pela polícia clandestina durante os anos da ditadura

Jacira Cabral da Silveira

O principal fator que diferencia a ditadura militar argentina das demais ditaduras latino-americanas não se restringe ao número de mortos e desaparecidos, mas ao curto período em que isto aconteceu. “Tudo se passou de 1976 a 1983 e foi um verdadeiro banho de sangue”, recorda o doutorando do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS, Jorge Christian Fernández. Ele e seus pais argentinos Marta Haydeé e Rafael Nicanor Fernández viveram parte dos horrores daquela época. “Foram anos de silêncio. Não eram permitidos comentários do que se via ou daquilo que se escutava, e as ruas estavam sempre cheias de militares.”

Recém-chegado do Brasil, onde seu pai trabalhou por mais de 10 anos, Fernández entrou na escola no início da ditadura. No dia do golpe, ele estava na casa da avó, próximo ao centro de Buenos Aires: “Pensei que fosse um desfile militar”. Mas se era um simples desfile, por que sua mãe o puxou da janela dizendo ser perigoso ficar ali? Era o começo de uma série de perguntas sem respostas.

Tanto estando entre colegas, como brincando com os vizinhos, a recomendação dos pais era de que não falasse nada do que ouvia em casa. Ele recorda de uma senhora

À direita, manifestação em Buenos Aires contra a política econômica do regime militar, em 1982. Abaixo, fachada do prédio onde funcionava o Centro Clandestino de Detenção da marinha argentina.



que insistia em se comunicar com as outras pessoas da rua para falar de seu filho desaparecido. Mas a resposta era o silêncio: “A sociedade foi cúmplice, reproduzindo de forma consciente ou não o discurso anti-subversivo”.

Certa noite, quando Fernández voltava com a família de um passeio de carro à casa da tia, no subúrbio de Buenos Aires, sentiu o Citroën parar de repente. O que segue é parte da lembrança do menino de seis anos e um pouco do que comentavam seus pais. Depois

de uma luz forte, pôde ver a trinchera com policiais ostensivamente armados. “Eu me lembro da minha mãe gritando, dizendo que havia uma criança no carro e pedindo que não fizessem nada.”

Mas fizeram. Um dos policiais tirou Fernández do carro e o revistou. Dizia-se que os guerrilheiros escondiam armas com as crianças. Ao mesmo tempo, seu pai, deitado no chão, tinha a cabeça na mira de uma escopeta, enquanto outros homens reviravam o carro à procura de algo no fundo falso. Hoje, aos 37 anos, Fernández ironiza ao falar da insólita cena que guarda na lembrança. Recordações que agora o ajudam a confeccionar miniaturas históricas: soldadinhos, aviões e blindados de guerra. Quanto àquela noite, tudo terminou com um tapinha nas costas e a indefectível frase: “*acá no pasó nada*”. Esse era o refrão da ditadura.

Até hoje, a Argentina sofre as seqüelas desse período. Muitos dos que não optaram pelo exílio, acabaram internados em sanatórios de doenças mentais. Fernández diz que é alto o índice de crianças que vieram a se suicidar pela perda dos pais ou mesmo por terem presenciado a morte de um deles. “Existe um grande número de trabalhos na área da psicanálise sobre crianças em depressão.”

Conforme a Secretaria dos Direitos Humanos da Argentina, o número de desaparecidos é 38 mil, entre guerrilheiros e cidadãos comuns. Aqueles que conseguiram escapar ao terror de estado procuraram outro país onde viver ou trocaram de identidade, mudando para uma província afastada. Falecido há quatro anos em Porto Alegre, o pai de Fernández sempre alimentou a idéia do retorno. “Meu pai cantava o tango *Anclados en Paris*.” Em homenagem a Rafael, Fernández deu à pesquisa de doutorado que inicia o título de “*Anclados en Brasil*” a presença dos exilados/imigrantes platinos no RS, de 1973 a 1985”.

Antes do golpe – Para explicar o golpe militar de 1976, o pesquisador recupera o período do presidente Juan Perón, empossado em outubro de 1945. Sendo uma das principais figuras do populismo argentino, Perón resgatou direitos

trabalhistas e deu início à industrialização do país. Mas seu maior feito, na visão do historiador, foi incorporar à sociedade certas camadas da população que viviam à margem. Com isto, teve início um movimento operário, germe da organização sindical.

Em 1955, Perón cai e vira mito popular. No período que segue, dois grupos guerrilheiros aglutinam as forças de esquerda: os montoneros, reivindicando o peronismo autêntico, e o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), de vertente trotskista. Em 1966, é flagrada a “revolução argentina”, e os militares chegam ao poder. A truculência militar aumenta, acirrando o ódio das classes populares, que também hostilizam a elite. É quando ocorre o chamado *Cordobazo*, levante popular na cidade universitária de Córdoba, marco inicial do fim da ditadura de 1966. Mesmo acirrando o uso da força, o

Na famigerada Esmá, dos 8.900 detidos, apenas 140 sobreviveram

governo começa a degenerar, e importantes grupos guerrilheiros agem mais fortemente.

Em 1973, o discípulo peronista Hector Câmpora é eleito com a maioria dos votos. Um de seus primeiros atos no poder é assinar o decreto trazendo Perón de volta de seu exílio na Espanha. Câmpora renuncia, e Perón ganha a nova eleição, tendo sua esposa Isabelita como vice. Aos poucos, começam os problemas entre as diferentes facções peronistas.

Nesta época surgem os primeiros exilados da Argentina. “O clima para o golpe estava preparado”, diz Fernández. Na metade do ano de 1974, morre Perón, Isabelita assume e a oposição se acirra. “É o caos político e econômico.” A falta de habilidade política de Isabelita a torna uma marionete dos círculos de poder que rondam o Estado, e o país submerge em hiperinflação.

O primeiro foco de contestação ocorreu em Tucumán, no centro-

norte do país. Como revide, o exército consegue plenos poderes junto ao presidente para exterminar os insurgentes. Uma das mais trágicas ações ocorreu em dezembro de 1975: “Os montoneros foram massacrados na véspera de Natal”.

Governo caiu de poder – Embora os militares já tivessem o controle político da sociedade, precisavam do controle econômico. Foi um período de negociações. De um lado, os peronistas articulando sua permanência, de outro, os militares tentando afastá-los sem maiores danos. “Na verdade, o governo caiu de poder e a população recebe com alívio o golpe de 1976.”

O Congresso é fechado e são afastadas lideranças do judiciário. O Estado aperfeiçoa seu aparato repressor e cria uma “máquina de moer carne”. Inicialmente, perseguiram apenas os guerrilheiros, mas a prática do terror de estado acaba abarcando o conjunto da população. Fernández soube de pessoas que chegaram a queimar livros considerados subversivos: “Meu pai lia muito e lembro dele escondendo alguns de seus livros”.

O serviço de inteligência clandestino agia através de quadrilhas à paisana. “Era uma mistura de ostentação e anonimato.” Qualquer um que constasse da agenda de algum subversivo preso, mais cedo ou mais tarde, seria perseguido e torturado. Além dos agentes, participavam das torturas médicos e padres. Aqueles, para preservar a vida do “informante”, estes, para levá-los à confissão e ao alívio de consciência. “Ainda hoje, há capelães sendo indiciados na Argentina.”

Com o tempo, o regime entra em desgaste, não só pela opressão, como também pela ineficaz política neoliberal. Como última cartada para permanecer no poder, os militares retomam a luta pelas Ilhas Malvinas, acreditando que os Estados Unidos não interviriam, e a Inglaterra não reagiria. O saldo de mais de 700 mortes de argentinos em apenas dois meses de guerra acelerou a queda do governo militar. “Para evitar um quadro de convulsão social, as forças armadas decidem propor eleições em 1983.” Depois de muito sangue, os civis voltam ao poder.

Brasil não queria receber refugiados

De acordo com o presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), Jair Krischke, a ditadura argentina teve a colaboração das forças militares brasileiras: “O Brasil não queria, absolutamente, receber refugiados”. Mas esta não foi uma operação de mão única. Mesmo antes do golpe militar argentino de 1976, brasileiros foram seqüestrados naquele país por agentes da operação Condor no Brasil, sem qualquer impedimento da polícia local. Esse plano articulava ainda os aparatos de repressão do Chile, do Uruguai, do Paraguai e da Bolívia, na perseguição a adversários políticos.

Segundo Krischke, enquanto na Argentina o escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados tinha legitimidade garantida pelo Estado, no Brasil o mesmo escritório no Rio de Janeiro era só de fachada. “Operavam de forma oficiosa, não havia compromisso sério e sólido do governo brasileiro em preservar os direitos de perseguidos políticos.”

Chegou ao MJDH documentação sobre um clássico caso da operação Condor, ocorrido no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, em 12 de março de 1980. Dois argentinos, Mônica Suzana de Binstock e Horácio Domingo



Krischke resgata esposa de líder montonero, 1982

Campiglia, exilados no México, voltavam para a Argentina. Na ponte aérea brasileira “foram retirados do avião e desapareceram”. Segundo os documentos, um avião das forças armadas argentinas esperava no Galeão com destino a Buenos Aires.

“A indenização nada mais é que o reconhecimento do envolvimento do Brasil na ditadura argentina.” Segundo Krischke, em 1995, além das famílias de Mônica e Horácio, outras quatro foram indenizadas: as de Norberto Apsen, Henrique Rugian, Jorge Oscar e Lorenzo Ismael Viñas. O MJDH ajudou a exilar mais de duas mil pessoas da Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai, durante as ditaduras militares nesses países.



Florestamento ameaça campos gaúchos

Ecologia *Plantação extensiva de eucaliptos e pinus para produção de celulose põe ecossistema em risco*

Juliano Bruni Pereira*

Os campos que recobrem a região da Campanha gaúcha conferem ao Rio Grande do Sul o seu retrato mais conhecido e característico. Palco de inúmeros episódios relevantes na história do estado, o pampa arraigou-se na personalidade de todos os habitantes e formou, em sua essência, a figura mítica do gaúcho. Pois todo o ecossistema campestre distribuído por largas faixas do território fronteiriço com Argentina e Uruguai está prestes a sofrer uma considerável alteração. Grandes corporações investem no florestamento dessas áreas para a produção de celulose e papel através da plantação extensiva de eucalipto e *pinus*. A medida tem gerado controvérsia, acentuando a discussão sobre a dicotomia entre o progresso e seus custos. Para muitos municípios incluídos nos planos das empresas de florestamento, a nova cultura representa uma oportunidade de desenvolvimento, notadamente significando maior geração de divisas através da cobrança de impostos. No outro extremo, no entanto, o impacto ambiental gerado pela mudança pode pôr em grave risco o próprio meio-ambiente.

Em outubro de 2005, a empresa sueco-finlandesa Stora Enso anunciou investimento de R\$ 50 milhões em base florestal que irá compreender 50 mil hectares de oito municípios da fronteira oeste gaúcha. A plantação de eucalipto, que deve iniciar ainda este ano, vai se estender pelos campos de Alegrete, Cacequi, Maçambará, Manuel Viana, Rosário do Sul, Santiago, São Francisco de Assis e Unistalda, devendo gerar cerca de 1,5 mil empregos diretos. O projeto prevê ainda a construção de uma unidade industrial para processamento da madeira, mas o local ainda não está definido. Segundo estimativa da empresa, o investimento na planta chega a R\$ 800 milhões. A Stora Enso atribui a opção pelo estado à qualidade do solo, à logística e à disponibilidade de mão-de-obra. Outro fator decisivo foram as condições favoráveis para o corte das árvores em um período até 10 vezes inferior ao registrado em outros locais – o tempo médio para o corte do eucalipto no estado é de sete anos, enquanto nos países nórdicos isso é possível somente 70 anos após o plantio.

Além da Stora Enso, outras duas empresas vêm desenvolvendo projetos recentes de florestamento no Rio Grande do Sul. A Votorantim Celulose e Papel (VCP) adquire terrenos para plantio de eucaliptos desde o início do governo Germano Rigotto, há quatro anos. No final de 2005, anunciou investimento de 1,3 bilhão de dólares para a construção de fábrica de celulose branqueada de eucalipto no eixo Rio Grande-Pelotas-Arroio Grande, na zona sul do estado. Até agora, foram adquiridos 67 mil hectares em 14 municípios e, segundo estimativas, desde que passou a atuar no estado, a

Fábrica da

Cambará

Celulose em

meio à floresta

de pinus, no

município de

Cambará do Sul



Nos Campos de Cima da Serra, no nordeste gaúcho, as plantações exóticas isolam espaços restantes de campos nativos

FOTOS: FLÁVIO DUTRA

VCP investiu R\$ 310 milhões.

Já a Aracruz Celulose (proprietária da maior fábrica de celulose branqueada de eucalipto do mundo, localizada no Espírito Santo) está presente no estado desde 2003, ano em que comprou a fábrica da antiga Riocell, em Guaíba, na Região Metropolitana de Porto Alegre. A unidade passa atualmente por obras de modernização, e a empresa anunciou interesse em desenvolver outro empreendimento no Rio Grande do Sul, prevendo investimento de 1,2 bilhão de dólares.

Salvação econômica – Para o diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Lovois de Andrade Miguel, ainda é muito cedo para saber quais serão os reflexos econômicos oriundos da implantação dessas empresas no estado. “Certamente irá gerar incremento na arrecadação de impostos dos municípios, mas ainda é difícil precisar o impacto porque vai depender de como estas fábricas vão se inserir na economia local.” O economista, porém, é taxativo ao refutar a idéia de que a instalação de empresas de celulose possam significar a “salvação econômica” para a chamada Metade Sul do estado. “Essa afirmação é irresponsável e inconseqüente, porque o cultivo extensivo de árvores ocupa grandes áreas e, proporcionalmente, gera poucos empregos.” Outro dificultador, segundo Lovois, é a própria cultura, que exige longo período de maturação para que a madeira possa ser aproveitada. “O florestamento vai proporcionar benefícios econômicos, mas não nos níveis que estão sendo divulgados. A questão central é ponderar se valerá a pena. Some-se a isso ainda a questão ambiental, que é algo que deve estar em mente”, resume.

O governo do estado, por sua vez, acaba seduzido pela geração de renda e por não haver necessidade de qualquer investimento de sua parte. “Mas o negócio exige infraestrutura. E isso é o Estado quem tem de oferecer”, argumenta Lovois. Com a dificuldade financeira vivida pelo governo, a relação entre esse e as corporações pode acabar se deteriorando.

A expansão das empresas de celulose acompanha o momento de intensa procura pelo produto no mercado internacional. Lovois explica que, com o alto índice de crescimento de grandes economias, como a China, a celulose assume importância vital nesse processo. “Sem dúvida, o mercado está amplamente favorável. Existe um alto consumo, e tudo indica que o preço vá se manter elevado pelos próximos anos e até mesmo pelas próximas décadas.” Grande parte da produção originada de árvores plantadas no Brasil é exportada.

Deserto verde – Outro ponto, talvez ainda mais crucial para a questão, são as conseqüências ambientais ocasionadas pela mudança na vegetação da região. Valério De Patta Pillar, professor titular do Departamento de Ecologia da UFRGS, ressalta que os campos são ecossistemas naturais, originados sem a intervenção humana. “Por serem altamente biodiversificados, eles precisam ser conservados. Algumas espécies só ocorrem em ambientes campestres”, destaca. Pillar chama a atenção para o fato de que, com a plantação de extensas florestas exóticas nessas áreas, muitos animais que têm seu *habitat* no pampa ficarão sem refúgio – como a ema e o quero-quero.

Para Pillar, o processo de florestamento verificado atualmente no Rio Grande do Sul assemelha-se à conversão de campos para plantação de soja, arroz e trigo ocorrida na década de 1970 no Planalto do Alto Uruguai e região central. “A diferença básica é que essas culturas servem como alimento, mas a sociedade deveria ter-se posicionado contra isso desde então”, completa.

A expressão “deserto verde”, na opinião de Pillar, é empregada muito mais para atrair a atenção do que

propriamente pelo sentido ecológico. “As empresas interessadas podem facilmente contestar essa definição, por motivos óbvios, apresentando, por exemplo, evidências de que determinadas espécies habitam a nova floresta. E efetivamente elas estão lá.” O importante, segundo o professor, é que “essas plantações substituíram um ecossistema natural que deveria ter sido preservado”.

No último mês de 2005, artigo publicado pela conceituada revista americana *Science* revelou dados preocupantes em relação ao plantio extensivo de árvores exóticas. Segundo estudo realizado no pampa argentino – de padrão pluviométrico semelhante ao gaúcho –, florestas de eucalipto aumentaram a acidez e a salinidade do solo apenas um ano após a plantação. Além disso, o fluxo de água dos rios próximos foi reduzido em 52%, e 13% dos córregos e pequenos riachos simplesmente secaram.

Alternativa – Lovois e Pillar reproduzem um a resposta do outro quando questionados sobre qual cultura poderia oferecer o mesmo retorno financeiro (ou ainda superior) que o florestamento, sem agredir o meio-ambiente. “Segundo alguns estudos”, justifica Lovois, “a pecuária proporciona um emprego direto para uma área entre 300 e 500 hectares. Tenho sérias dúvidas se o florestamento pode superar esse rendimento”. Para ele, não há a socialização dos lucros das empresas com a economia local. “A crise pela qual a pecuária gaúcha passa induz os produtores a trocar de negócio, mesmo com os riscos.”

Pillar defende que os campos são áreas naturalmente propícias para a produção de gado de corte sem a utilização de insumos. “Com o manejo das pastagens é possível se alcançar uma alta produtividade na pecuária.” Lovois concorda: “Se fossem investidos recursos para reorganizar a cadeia produtiva da pecuária de corte, teríamos um reflexo econômico muito mais acentuado, uma geração maior de empregos, com muito menos impacto ambiental e demanda de infraestrutura”.

*Jornalista, formado pela Fabico

Avanço de florestas sobre os campos motiva debate

A situação atual e os desafios para a preservação dos campos do Rio Grande do Sul foram os temas centrais de *workshop* realizado pelos departamentos de Ecologia, Botânica e Zoologia do Instituto de Biociências da UFRGS, no final de março. O encontro teve a participação de estudantes e professores de diversas universidades, além de representantes de ONGs e pesquisadores de várias empresas e órgãos públicos, como Embrapa, Fepam, Ibama, Ministério Público federal e estadual. O professor Valério De Patta Pillar, um dos organizadores da atividade, afirma que a recente conversão de áreas campestres em plantações extensivas de eucalipto para produção de celulose, aliada à expansão das lavouras sobre os campos desde a década de 1970, põe em risco o ecossistema. O debate concluiu que cerca de 4,7 milhões de hectares (aproximadamente um terço dos habitats campestres) foram alterados por cultivo sobre as áreas, mau manejo pecuário e invasão de espécies exóticas. A legislação deficiente é apontada como uma das causas para esse problema, além de políticas públicas que estimulam a conversão dos campos e também a precária proteção dada aos campos pelo sistema de área protegida. O encontro ratificou a importância da pecuária como “elemento chave para o uso sustentável e manutenção da integridade dos ecossistemas de campo”, conforme o relatório final do evento, que pede a criação de sistemas para incrementar a atividade.

Contar é muito difícil. Ler também

Literatura Cinquenta anos depois,
Grande Sertão: Veredas consolida-se
como grande clássico, mas ainda
é mais estudado do que lido

Marcelo Spalding*

O senhor sente? Desmente? Eu desminto. Contar é muito, muito difícil. Não pelos anos que já se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas. E astúcia é o que sobra para *Grande Sertão: Veredas*, uma obra difícil de ler, difícil de resenhar, difícil de classificar, mas de prestígio e importância crescentes para a literatura brasileira. “João Guimarães Rosa e o *Grande Sertão: Veredas* em particular é um marco, hoje, provavelmente mais importante ainda do que há 50 anos porque permite uma reflexão sobre o problema do imaginário histórico no Brasil”, afirma Kathrin Rosenfield, professora da UFRGS e especialista em Rosa.

Poucas pessoas, aliás, podem falar da obra roseana com tanta autoridade como Kathrin, uma austríaca que aprendeu português lendo Rosa: “Quando cheguei aqui, ao mesmo tempo eu via *Roque Santeiro* e lia *Grande Sertão*, e era muito bom aquilo, *Grande Sertão: Veredas* e *Roque Santeiro* são uma maravilhosa introdução ao Brasil, explicam muita coisa que as pessoas não explicam”, diverte-se a pesquisadora, “tem um lado jocoso, mas tem um lado muito sério: eu não tinha opção, eu tinha que amar *Grande Sertão: Veredas* porque é muito difícil para alguém se aculturar no Brasil, vocês não podem imaginar como é difícil, e o livro para mim era uma tábua de salvação”. Professora da UF-

RGS desde 1984, ano em que chegou ao Brasil, Kathrin foi muito além e consolida-se como uma referência depois da publicação de *Desenveredando Rosa* (Topbooks, 2006) e da organização do Colóquio Internacional Guimarães Rosa.

Realizado nos dias 10, 11 e 12 de abril, o Colóquio foi uma parceria do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS – onde Kathrin hoje leciona –, Uniritter, Universidade Federal de Santa Maria e Prefeitura de Porto Alegre. Ainda que ancorado no cinquentenário de *Grande Sertão: Veredas* e *Corpo de Baile*, o colóquio discutiu aspectos variados das obras e do autor, variados mesmo, de análise jurídica do pacto com o diabo feito por Riobaldo a uma versão hipertextual do *Grande Sertão* produzida pela Uniritter. Mesmo em meio a tamanha variedade, ficou evidente o esforço de revisão das certezas sobre Guimarães Rosa, colocando o debate em um novo patamar.

Na abertura do evento, o vice-reitor da UFRGS, Pedro Fonseca, lembrou o importante momento histórico vivido pelo Brasil naqueles anos juscelinistas, quando a produção industrial ultrapassou a produção rural pela primeira vez no país, um dado simbólico muito significativo dentro do projeto desenvolvimentista. Não obstante, lembrou o vice-reitor que intelectualmente os anos 50 foram muito profícuos para a cultura nacional, com a publicação, em

livro, de que Guimarães Rosa, assim como Dostoiévski, faz a elaboração de um luto, pois “ambos abordam coisas que a modernidade vai abandonando”. Flávio Loureiro Chaves, da Universidade de Caxias do Sul, também realça a importância do contexto histórico na formação do *Grande Sertão* e chega a ironizar a descontextualização sofrida pelo clássico: “O *Grande Sertão: Veredas* não surgiu de dentro de uma cartola”. Nãozão. Para Chaves, o texto é parte de uma vertente de regionalismo universalista iniciada em *Vidas Secas* (Graciliano Ramos, 1938) e estendida até *Cem Anos de Solidão* (Gabriel García Márquez, 1967), abrangendo Alejo Carpentier, Juan Rulfo, Mario Vargas Llosa, o Erico d’*O Continente* (1949) e até o Amado de *Gabriela, Cravo e Canela* (1958). Este regionalismo universalista seria, entretanto, apenas uma forma de se abordar a obra, que segundo o próprio Chaves ainda pode ser vista como um relato épico, um relato de viagem, um romance proibido, uma narrativa psicológica ou uma releitura do tema fáustico (Deus vs. Diabo).

Conto mal? Reconto – De contar tudo o que foi, me retiro, o senhor está cansado de ouvir narração. Falo por palavras tortas. O senhor é homem muito ladino, de instruída sensatez. Mas não se avexe, não queira chuva em mês de agosto. Já conto, já venho – falar no assunto que o senhor está de mim esperando: o *Grande Sertão: Veredas* é mais estudado do que lido.

Se buscarmos no sistema de bibliotecas da UFRGS livros com o título “Grande Sertão”, teremos 50 registros, e serão 71 se procurarmos por assunto. Ampliando a busca para “Guimarães Rosa”, serão 75 na busca por título e 195 na busca por assunto. No Google, são 436 mil retornos para o texto “Grande Sertão: Veredas” em páginas do Brasil.

Kathrin concorda que o romance seja mais estudado do que lido, e pensa que o desafio mais importante de hoje é voltarmos a ler Rosa com prazer. “Estamos diante de uma das grandes obras universais”, afirma a professora, “a capacidade de Guimarães Rosa reutilizar materiais, conceitos, tópicos, técnicas modernas e transformá-las em algo profundamente brasileiro e emocionante para a alma nacional nos dá um mapa dos sentimentos brasileiros mais profundos, lig-

Capa da primeira edição, com os desenhos de Poty

dos a certos núcleos de sofrimento e de alegria tipicamente nossos”. Em depoimento publicado na Internet, Paulo Polzonoff Jr, escritor e resenhista curitibano, simboliza a dificuldade pela qual atravessam os leitores leigos. “A linguagem cifrada de Rosa me pareceu intratável. Eu não conseguia perceber beleza alguma naquilo. Para entender tanta repulsa, talvez seja necessário contextualizar: por esta época, eu estava interessado nos romances de aventura e nos amores sofridos do romantismo”, conta o autor, que relembra a dica de um antigo professor para retomar a leitura do clássico, anos mais tarde, “as primeiras 50 páginas são praticamente impossíveis, mas depois o romance flui que é uma beleza”.

Se seguirmos nesta investigação, possivelmente descobriremos, parafraseando o mestre, que ler é muito difícil, por que ainda não se sabe. Quando o assunto é Rosa, aprender-a-ler é que é o ler.

*Jornalista, formado pela Fabico



“Viver – não é? – é muito perigoso. Por que ainda não se sabe. Porque aprender-a-viver é que é o viver, mesmo”, Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas* (1956)

1958, de *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, *Os donos do poder*, do gaúcho Raimundo Faoro, e, em 1959, de *Formação da literatura brasileira*, de Antônio Cândido, além de *Grande Sertão: Veredas* (1956).

Sobre este contexto histórico, Luís Augusto Fischer, professor do Instituto de Letras da UFRGS e palestrante do evento, concorda com a ideia proposta por Kathrin em seu novo

A obra

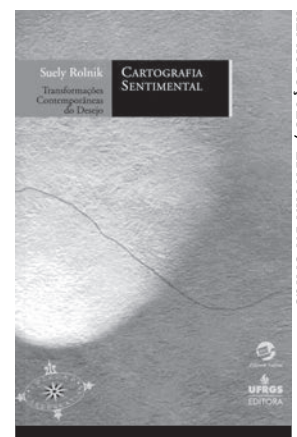
Publicado em 1956 pelo mineiro Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas* conta a história do fim do jaguncismo no Sertão a partir da narração de Riobaldo, um ex-jagunço que “limpara as Gerais desse mal”. Narrado em primeira pessoa como um monólogo com interlocutor imaginário (mas referido), a linguagem popular do jagunço é trabalhada de forma culta por Rosa, resultando num dos pontos altos e mais comentados do romance. Destaca-se também a personagem Diadorim, uma das mais célebres da literatura brasileira, um misto de bravura e candura por quem o narrador se apaixonará. O professor da USP João Afonso Hansen, citando Antônio Cândido, compara *Grande Sertão* a *Os Sertões* pela presença forte da terra, do homem e da luta, “mas a comparação pára por aí, pois em Rosa predomina o ficcional”. “Em Rosa”, completa o professor, “a indeterminação é proposital e atinge também a forma, sendo este um ato ao mesmo tempo estético e social.”

Resenhas

Por Caroline da Silva

Diário de um cartógrafo

Coleção do rizoma, sem um eixo central, mas articulada por e com muitas linhas de fuga, a edição da Editora da UFRGS e da Editora Sulina contagia-se com o prestígio da autora e sua obra. A afirmação é de Tania Mara Galli Fonseca, coordenadora da Coleção Cartografias. Suely Rolnik é psicanalista, ensaísta, tradutora e curadora. Professora titular da PUC-SP, é co-autora com Félix Guattari de *Cartografias do desejo* (Vozes, 1986), cuja sétima edição revisada está sendo publicada em seis países. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo* foi baseado em sua tese de doutorado em Psicologia Social. Tania Mara Galli Fonseca diz que o título da coleção é inspirado no espírito colecionista “que, no ato de organizar a série, não dissimula seu fascínio pelo outro, permite localizar sua alma no próprio paradoxo de albergar quantidades e qualidades definidas pelo contorno do mesmo”. E foi também motivada por um paradoxo que Suely Rolnik escreveu seu livro: entre a vibratibilidade do corpo e sua capacidade de percepção. Para Suely, a tarefa do cartógrafo – antes de tudo um antropólogo – é dar língua para afetos que pedem passagem e, segundo ela, paisagens psicossociais também são cartografáveis. Insinuante e provocador, repleto de antropofagias, é este título que versa sobre subjetividade. Na nota desta nova edição, a autora enumera mais 11 novas questões neste contexto neoliberal que também renova a paisagem dos novos cartógrafos, a quem dedica este livro.



CARTOGRAFIA SENTIMENTAL
Ed. UFRGS/Sulina,
2006, 248 p.,
R\$ 30,40*,
de Suely Rolnik

Hospício cidadão

Mais uma vez Tania Mara Galli Fonseca introduzindo a Coleção Cartografias: “Não se definindo por se ater aos limites de fronteiras disciplinares e saberes especialistas, os livros que comporão esta coleção deverão expressar aquela voz que fala de um contradiscurso, de uma contracultura, de um anti-humanismo”. Trabalhando no contemporâneo e seus efeitos, também faz parte deste conjunto *Trabalho e loucura: uma biopolítica dos afetos*. A Atut – Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem – do Hospital Psiquiátrico São Pedro é o objeto deste livro. Essa organização funciona como rede de sustentação, apoio e alternativa para que esses trabalhadores possam reverter ou minimizar suas condições de precariedade: econômica, social, política e psíquica. No pós-fácio da obra, Cláudia Maria Perrone tacha: “Difícil é expor-se a todas as contaminações do louco, que fala uma língua e habita uma vida”. As palavras finais de Selda convergem para o mesmo ponto: “A vida como ética-estética da existência não é tarefa fácil de ser cartografada, tampouco de ser sustentada”. Mas, na “cartografia de uma suavidade”, defende que “a vida vai além do indivíduo, situa-se nos contornos, nas dobras, nas fronteiras, com possibilidades de singularizações múltiplas, de devires”. Selda Engelman é mestre em Psicologia Social e Institucional e doutoranda em Educação pela UFRGS. É pesquisadora, consultora e uma das organizadoras do livro *Corpo, arte e clínica* (Ed. UFRGS, 2004).



TRABALHO E LOUCURA
Ed. UFRGS/Sulina,
2006, 176 p., R\$
21,60*, de Selda
Engelman

Um painel do vestibular

O livro que reúne as provas comentadas do vestibular da UFRGS deste ano será lançado no dia 13 de maio, na Jornada Portas Abertas – evento planejado para receber visitantes e alunos de ensino médio que desejam conhecer a Universidade. Prestando contas aos estudantes e professores que acompanham o concurso, a publicação expõe seus princípios teóricos e sua metodologia. Na edição passada, o pró-reitor de Coordenação Acadêmica e vice-reitor, professor Pedro Cezar Dutra Fonseca, defendeu “o Compromisso com a Universidade se constrói a partir da convergência de fatores como qualidade do processo, diálogo permanente que a UFRGS mantém com a comunidade e aprimoramento constante das provas que selecionam os futuros acadêmicos”. Nesta quarta edição, destaca que a obra focaliza os aspectos de avaliação e os referenciais técnicos e pedagógicos do exame. Na sua primeira parte, um panorama do concurso vestibular, com uma série de dados processados: inscrições, médias, erros, desvios padrões, vagas, densidades e considerações sobre o número de acertos em cada disciplina. Segue a análise contextualizada da prova de redação e então as provas objetivas com comentários em cada uma de suas questões, que refletem os conteúdos do ensino médio. Transparente, dessa forma a Universidade contribui para o processo seletivo e beneficia os estudantes que almejam ingressar em seus cursos de graduação.



PROVAS COMENTADAS
Ed. UFRGS, 2006,
177 p., R\$ 25*,
organizado pela
Comissão Permanente de Seleção
(Coperse/UFRGS)

* Preços já com o desconto de 20% oferecido nas Livrarias da UFRGS



Mas afinal, quem é Radamés Gnattali?

Música Centenário de nascimento de “fenômeno” gaúcho motiva concertos em sua homenagem

Caroline da Silva*

A pergunta poderia vir de qualquer estudante mais abastado e melhor educado desta universidade. Outros talvez tivessem esse nome na cabeça, por conta da sala na Casa de Cultura Mario Quintana ou por qualquer outro motivo que cultivasse na memória alcinha tão peculiar – personagem de uma ópera de Verdi. No entanto, ainda não são todos os que sabem que o verbo de tal questão deveria vir no tempo passado. Radamés Gnattali é um nome que todo gaúcho deveria conhecer não só pela conterraneidade, mas também pelas contribuições para a música que deixou este porto-alegrense nascido ali no Bom Fim, na Fernandes Vieira, em 27 de março de 1906.

Neste ano, foram programados concertos, apresentações, lançamentos de CD, exibições de filmes e exposições dedicadas a seu centenário. A prefeitura da capital gaúcha decretou 2006 o Ano de Radamés Gnattali.

Boa parte da obra do compositor ainda é manuscrita, mas o material está sendo digitalizado graças ao trabalho do sobrinho, Roberto Gnattali.

“Do grande público, música de concerto não é conhecida, nem mesmo Beethoven”, contrapõe o regente titular da Orquestra SESI/Fundarte e diretor artístico da Orquestra de Câmara Theatro São Pedro, Antônio Carlos Borges Cunha. Também professor de Composição do Departamento de Música e orientador do Programa de Pós-graduação em Música da UFRGS, Cunha explica que a formação acadêmica de Radamés foi como instrumentista e que sua formação como compositor foi prática, “fundamentada na necessidade que teve como experimentador, como arranjador”.

Nascido numa família de músicos, começou a estudar piano em casa com a mãe. Aos 14 anos, entrou no Conservatório de Música do Instituto de Belas Artes – hoje Instituto de Artes da UFRGS. Seu sonho era ser concertista de piano, mas, precisando se sustentar e sem recursos, acabou enveredando pela música popular. O professor Cunha ressalta que ele chegou a se apresentar como solista à frente de orquestras importantes no Rio de Janeiro, em casas noturnas que funcionavam com música ao vivo. Radamés foi absorvendo o repertório da música popular, convivendo com músicos como Pixinguinha, Jacob do Bandolim, Edu da Gaita e Tom Jobim.

Relação afetuosa com músicos e crítica – “Uma usina de sons” é a definição de Herminio Bello de Carvalho sobre Radamés Gnattali. O compositor, poeta e produtor musical considera que Radamés teve uma larga trajetória na música brasileira (popular e erudita), sempre com brilhantismo. “Foi um dos mais fecundos compositores e arranjadores da música brasileira”, opinam os componentes do grupo jovem de choro de Campinas, Quatro a Zero. Para eles, seu grande mérito está no fato de aproximar as músicas de concerto e a popular. Herminio e o Quatro a Zero

concordam que, além de notável maestro, compositor e arranjador, Gnattali era um exímio pianista.

Um dos pontos mais relevantes sobre a obra de Radamés é que escreveu para instrumentos que geralmente não estão nas salas de concerto. Peças com solo de marimba, harmônica de boca, acordeão ou o bandolim, duos com cavaquinho e piano, cravo e violão, quarteto para saxofone alto, guitarra elétrica, piano e contrabaixo, ou ainda a união da orquestra com grupo regional (caso da *Suíte Retratos*), e o Sexteto Radamés, com dois pianos, acordeão, contrabaixo, bateria e guitarra elétrica.

“Não importava a formação: o tratamento e o refinamento na escrita eram os mesmos”, destaca o grupo Quatro a Zero. Antônio Carlos Borges Cunha frisa que estas peças eram compostas tendo em vista um intérprete específico: “O *Concerto para Acordeon* foi escrito para o Chiquinho do Acordeon”. Ele afirma que não é qualquer acordeonista que pode tocá-lo, porque foi escrito pensando no estilo do Chiquinho tocar. O Quatro a Zero tenta explicar tal peculiaridade: “Isso está ligado à relação afetuosa e à admiração e generosidade que ele sempre dedicou aos músicos de seu convívio.”

Cunha garante que “é muito difícil ser diretor musical, disciplinar uma orquestra, sessões de gravações e ensaios e continuar sendo querido e amado pelos músicos” e Radamés assim o era. Foi homenageado com músicas de Capiba (*Um choro para Radamés*); Paulinho da Viola (*Sarau para Radamés*) e Tom Jobim (*Meu amigo Radamés*). Retribuiu aos três com *Capibaribe*, *Obrigado*, *Paulinho* e *Meu amigo Tom Jobim*.

Herminio, durante sua gestão na Funarte na década de 80, criou o Projeto

de Radamés Gnattali, cujo propósito era fazer uma série de discos paradidáticos. “Chegamos a editar três LPs – existem dois outros que devem estar hoje nas prateleiras da Funarte – e que mereciam uma reedição”, relata o produtor. Para ele, o legado de Radamés foi o de trabalhar com seriedade e obstinação, colocando seu talento a serviço da causa a que servia.

O violonista Yamandú Costa também admira o compositor pela sua seriedade, “pela maneira orgânica com que se entregou à música”, destacando sua personalidade digna e despreziosa: “Radamés pouco se preocupava com a popularidade, sabia o preço que se paga quando se faz música, fazia música pela música, para os amigos”. Segundo Yamandú, *Prenda Minha* é a música que expressa a relação do compositor com o Rio Grande do Sul, “foi-se embora, tinha muito o que fazer”. O rodeio era no Rio de Janeiro, mas seu bem-querer estava aqui, cultivava as raízes e levou o chimarrão. “Certamente, se Radamés tivesse ficado no Rio Grande do Sul, não teria tido a carreira que teve e não teria escrito a obra que escreveu”, finaliza o professor Cunha. O compositor gaúcho faleceu em 1988, aos 82 anos, ainda em voltas com seu Sexteto e com a criação da Camerata Carioca, grupo de choro no Rio.

*Jornalista, formada pela Fabico



“Não fazemos nenhum favor ao divulgar a música de Radamés. Nós é que estamos nos beneficiando da obra que ele escreveu”
Antônio Carlos Borges Cunha

O ser humano e o ambiente à mostra no Museu

Exposição Arte e Ciência juntas trazem o público para perto da natureza

O Museu da UFRGS apresenta, a partir do dia 8 de maio, a exposição *Homem-Natureza: Cultura, Biodiversidade e Sustentabilidade*, que se estenderá até o final do ano. A mostra ocorre em parceria com a Copesul, integrando o projeto *Copesul Cultural* de apoio à cultura sul-riograndense. Com diversos módulos preparados para visitação do público, o projeto contará também com uma vasta programação paralela (ver quadro), procurando integrar as diferentes áreas da universidade.

Jorge Mariath, professor e diretor do Instituto de Biociências, que responde pela curadoria da exposição, explica que ela se divide em três grandes eixos; o primeiro será o cultural, contemplando principalmente o papel dos naturalistas no conhecimento da flora brasileira. Os visitantes terão acesso a documentos e registros das expedições de pesquisa desses estudiosos. Entre eles, um homenageado especial: o Dr. Schultz, antigo diretor do Instituto de Biociências da UFRGS.

O segundo enfoque da mostra tratará da biodiversidade, com desenhos realistas e exsiccatas (plantas secas) do Herbário da UFRGS. Os visitantes poderão observar o processo de registro da flora, assim como a importância desse trabalho no reconhecimento do ambiente. Será também monta-

do um mini-laboratório interativo, no qual o público poderá ver de perto a replicação de plantas. Há planos ainda de construção de uma estufa externa com diferentes espécies da região.

Por último, a questão da sustentabilidade. A intenção é dar aos visitantes, em especial às escolas, uma idéia do problema ambiental. Por meio do sensoramento remoto, será mostrado o quanto já foi perdido das áreas naturais nas últimas décadas, revelando a destruição feita pelo homem. A legislação que protege o meio ambiente também estará exposta para conhecimento do público.

Reintegrar o ser humano ao seu ambiente natural será um dos principais objetivos dessa mostra. Através do estímulo de seus sentidos, o público será reportado à dimensão do tema. Para o curador Jorge Mariath, essa ligação do projeto com o processo educativo é fundamental: “Se não colocarmos o ambiente natural como experiência para o estudante, ele não terá interesse pela área biológica, não se conseguirá fazer nada para alterar o que está errado”. A exposição poderá ser visitada de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. Agendamento de visitas guiadas pelos telefones 3316-3034 e 3316-4022. (Luiz Ricardo Linch)

PROGRAMAÇÃO

Mostra de filmes Homem-Natureza na Sala Redenção Sessões às 18h30min Entrada franca

- 22/5** – Narradores de Javé (*Brasil, 2003, 100 min.*), de Eliane Caffé
- 23/5** – Anjos e insetos (*EUA, 1994, 116 min.*), de Philip Haas
- 24/5** – Dedos verdes (*EUA/Inglaterra, 2000, 91 min.*), de Joel Hershman
- 25/5** – Casa de areia (*Brasil, 2005, 103 min.*), de Andrucha Waddington
- 26/5** – Nas cinzas da floresta (*Brasil, 1987, 55 min.*), com José Lutzenberger
- 27/5** – Primavera, verão, outono, inverno e... primavera (*Coreia do Sul, 2003, 103 min.*), de Kim Ki-Duk
- 29/5 a 3/6** – Camelos também choram (*Alemanha/Mongólia, 2005, 87 min.*), de Byambasuren Davaa e Luigi Falorni

Também estão disponíveis para agendamento os filmes infantis *Tainá (Brasil, 2000, 90min.)* e *Linéia no Jardim de Monet (Suécia, 1992, 30min.)*.

FLAVIO DUARA



CINEMA/DVD/VÍDEO

A fantasia no cinema e na literatura

O Grupo de Estudos de Ficção de Fantasia do Instituto de Letras da UFRGS continua com sua mostra especial de filmes no mês de maio. Com sessões às 12h no Auditório Celso Pedro Luft, no Campus do Vale. Entrada franca.



O Senhor dos Anéis – A Sociedade do Anel (EUA, 2001, 178 min.), de Peter Jackson.

O início da saga do Um Anel, baseado no romance de J.R.R. Tolkien. Frodo e seus companheiros iniciam a jornada até a terra de Mordor, mas forças controladas por Sauron ameaçam a união do grupo. Data: 10 de maio, quarta-feira

O Senhor dos Anéis – As Duas Torres (EUA, 2002, 179 min.), de Peter Jackson.

A Sociedade está desfeita. Enquanto Frodo e Sam continuam o caminho a Mordor junto a um novo aliado, os outros heróis são obrigados a combater a ameaça de Saruman. Data: 17 de maio, quarta-feira

O Senhor dos Anéis – O Retorno do Rei (EUA, 2003, 210 min.), de Peter Jackson.

O fim da trilogia. Os exércitos de Sauron iniciam a guerra contra os povos da Terra Média e Frodo cai numa armadilha mortal. Vencedor de 11 Oscars. Data: 24 de maio, quarta-feira

Os Irmãos Grimm (EUA, 2005, 118 min.), de Terry Gilliam.

Dois contadores de histórias infantis são obrigados a enfrentar um monstro verdadeiro em uma floresta. Data: 31 de maio, quarta-feira

Cem anos de amor: a imigração judaica no Rio Grande do Sul

(Brasil, 2007, 40min), de Jaime Lerner. Documentário que sintetiza a história dos imigrantes judeus que chegaram ao Rio Grande do Sul a partir de 1904. Exibido através de parceria entre a UFRGS, o Instituto Marc Chagall, o Museu das Migrações Judaicas e a Federação Israelita do RS. Após a apresentação, haverá debate com convidados. A atividade faz parte das festividades do mês dos museus. Data: 17 de maio, quarta-feira Local: Sala Redenção, às 18h30min Entrada franca

A História vai ao cinema com Aplicação

O projeto do Colégio Aplicação em parceria com a Sala Redenção programou a exibição de três filmes para o mês de maio. Cada módulo é relacionado a um determinado período histórico. Após as sessões haverá debate com um convidado. Mais informações pelos telefones 3316-3436 e 3316-4022. Entrada franca.

1492 – A conquista do paraíso (EUA/Inglaterra/França/Espanha, 1992, 155 min.), de Ridley Scott. A trajetória de Cristóvão Colombo, desde seu convencimento de que a Terra era redonda, passando pela descoberta do novo continente até a decadência no final da vida. Data e horário: 10 de maio, às 19h.



Cine Esquema Novo – Festival de Cinema de Porto Alegre

A Sala Redenção e a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação participam do evento exibindo, com entrada franca, filmes das seguintes mostras:

Mostra Competitiva de Curtas e Médias Data: de 10 a 13 de maio Local e horário: Sala Redenção, às 15h30min e às 17h30min.

Mostra de Longas – Júri Popular Data: de 10 a 13 de maio Local e horário: Sala Redenção, às 13h30min.

Mostra Sala de Aula – Júri Popular Data: 11 de maio, quinta-feira Local e horário: Auditório da FABICO, às 16h, 18h e 20h *Às 12h30min haverá exibição de curtas selecionados em premiação interna da Faculdade.

Quanto vale ou é por quilo?

(Brasil, 2005, 104 min.), de Sérgio Bianchi. Uma analogia entre o antigo comércio de escravos e a atual exploração da miséria pelo marketing social, que forma uma solidariedade de fachada. O filme será exibido dentro da programação do I Seminário Local do Programa Conexão de Saberes, promovido pela Faculdade de Educação. Data: 11 de maio, quinta-feira Local e horário: Sala Redenção, às 19h30min Entrada franca.

Cine BR em Movimento

O projeto é patrocinado pela Petrobrás Distribuidora e visa difundir e formar platéias para o cinema nacional. É voltado para um público que normalmente não tem acesso às salas de cinema, seja por condições geográficas ou econômicas. A exibição dos filmes é feita sob agendamento pelo telefone 3316-4022. Durante todo o mês de maio estarão disponíveis para exibição na Sala Redenção os seguintes filmes:

Tainá 2 – A aventura continua (Brasil, 2005, 80 min.), de Mauro Lima. Agora pré-adolescente, a indiazinha Tainá se divide entre o enfrentamento dos bandidos e a atenção para com a pequenina Catiti, de 6 anos, que foge da aldeia querendo imitar Tainá como protetora do meio ambiente.

Bendito fruto (Brasil, 2005, 90 min.), de Sérgio Goldenberg. A história romântica e bem-humorada de Maria, Edgar e Virgínia, tendo como coadjuvantes Telma, Choquita e uma tampa de bueiro, durante os nove meses de duração da novela Primeiro Amor.

Lutero (Alemanha/EUA, 2003, 112 min.), de Eric Till. A cinebiografia de Martin Lutero, que desafiou a Igreja Católica em plena Idade Média e fundou uma nova religião. Data e horário: 18 de maio, às 19h

Desmundo (Brasil, 2003, 100 min.), de Alain Fresnot. Em pleno Brasil colonial, jovem órfã portuguesa é enviada ao Brasil para se casar com um dos colonizadores. Não aceitando seu destino, ela tenta fugir de seu marido e retornar ao seu país. Data e horário: 20 de maio, às 14h30min

O Canto da Cicatriz

(Brasil, 2005, 37 min.), de Laís Chaffe. Documentário artístico que traz depoimentos de mulheres vítimas de violência sexual. Após a sessão, haverá debate com a diretora, Laís Chaffe, e de representante da ONG Coletivo Feminino Plural. Data: 23 de maio, terça-feira Local e horário: Auditório da Fabico, às 18h30min Entrada franca

Destaque

Espetáculo teatral O Túnel entra em temporada

Adaptação da obra de Prêmio Nobel de Literatura trabalha o conflito do confinamento

A peça, que integra a programação do Projeto Teatro, Pesquisa e Extensão para o ano de 2006, estréia no dia 3 de maio. Promovido pelo Departamento de Arte Dramática do Instituto de Artes e pelas Pró-reitorias de Pesquisa e de Extensão da UFRGS, o projeto tem o objetivo de proporcionar à comunidade acesso ao teatro em horários alternativos e de forma gratuita, através da mostra de trabalhos desenvolvidos pelos alunos de graduação. No espetáculo, diversas pessoas estão confinadas em espaço estreito, situação que favorece o surgimento de conflitos, desejos, preconceitos e ilusões mesquinhas. O texto é baseado em obra do autor sueco



DIVULGAÇÃO PROJETO TEATRO. PESQUISA E EXTENSÃO

Par Lagerkvist, que recebeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1951. Seus livros registram a violência do mundo de hoje, muitas vezes disfarçada por uma aparência de progresso, de igualdade política, cultural e social. O Túnel preserva a denúncia da brutalidade que insiste em permear as relações entre os indivíduos supostamente

civilizados. O espetáculo tem direção de Fernanda Pacini e atuação de Mariana Schuster e Paola Oppitz. Apresentações todas as quartas-feiras de maio, às 12h30min e 19h30min, na Sala Alziro Azevedo do DAD-IA. A entrada é franca, mediante a retirada de senhas.

OFICINAS E PALESTRAS

Masterclasses de piano e violino

Com Stéphen Sylvestri (piano) e Annette-Barbara Vogel (violino). Stéphen Sylvestri é considerado um dos mais talentosos jovens pianistas canadenses. Anette-Barbara Vogel leciona na Universidade do Oeste de Ontário. Datadas e horários: 11 de maio, quinta-feira, das 14 às 18h, e 12 de maio, sexta-feira, das 9h às 13h. Local: Auditório Tasso Corrêa Inscrições: até 5 de maio, na sala 62 do Instituto de Artes da UFRGS. Residentes de fora da Grande Porto Alegre poderão inscrever-se pelo e-mail extmusica@ufrgs.br. Entrada franca para ouvintes.

Grandes histórias na cultura

O Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS, a Associação Psicanalítica de Porto Alegre e a Livraria Cultura promovem mensalmente um encontro que reúne psicanalistas, professores de literatura e de filosofia. Em maio, a discussão será sobre a *Odisséia*, de Homero, com as presenças de Cláudio Moren e Ana Costa. Data: 25 de maio, quinta-feira Local e horário: Livraria Cultura, às 20h Entrada franca Informações: appoa@appoa.com.br

Viola brasileira

Paulo Freire e Manoel Oliveira farão um apanhado da produção cultural do sertão, através dos toques de viola, funções religiosas (Folia de Reis, Folia do Divino) e seus desdobramentos na música brasileira. Data: 2 de junho, sexta-feira Local e horário: mezanino do Museu da UFRGS, às 14h Entrada franca



ADRIANO ROSA

A cor vermelha nas artes

Palestra sobre a cor vermelha nas artes contemporâneas, com Ricardo Berberena, professor do Instituto de Letras da UFRGS, e Flávia de Cuadros, mestranda do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais do Instituto de Artes. Data: 19 de maio, sexta-feira Local e horário: Santander Cultural, às 9h30min Entrada franca

PLANETÁRIO

Programas

Planetário José Baptista Pereira apresenta durante todos os domingos de maio dois programas para diferentes faixas etárias. O ingresso para cada programa é 1kg de alimento não-perecível e o estacionamento é gratuito.

O Príncipe sem nome (Infantil) Horário e duração: às 16h, 38min

Jornada ao Sistema Solar (adulto) Horário e duração: às 18h, 56min

Projeto Selene

O Planetário retoma o projeto de observação do céu, voltado para diferentes públicos. A atividade ocorrerá ao ar livre e será cancelada em caso de mau tempo. Datadas: 6 e 7 de maio e 3 e 4 de junho (sábados e domingos) Horário: logo após o pôr-do-sol Entrada franca

ARTES VISUAIS

Projeto Vermelho

O Instituto de Artes promove a exposição de obras que trabalham em torno da cor vermelha. Estarão à mostra obras de Luis Roque, Mariana Silva, Glaucis de Moraes, Ricardo Berberena e Marcos Sari; sendo que os dois últimos respondem pela curadoria da atividade. Junto com a mostra, ocorrerão outras atividades especiais (ver OFICINA E PALESTRAS). Visitação: até 31 de maio, de segunda a sexta, das 10h às 18h Local: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo Entrada franca



DIVULGAÇÃO/OBRA DE RICARDO BERBERENA

MÚSICA

Saraus e recital

O Instituto de Artes da UFRGS preparou para o mês de maio diversos saraus no Auditorium Tasso Corrêa, com apresentação de estudantes do Departamento de Música e uma atração internacional. A entrada para todas as atividades é franca.

Saraus com apresentação musical de alunos Datadas e horários: 4 de maio, às 12h30min e dias 8, 16, 22 e 29 de maio às 17h30min Local: Auditorium Tasso Corrêa.

Recital de violino com Annette-Barbara Vogel e de piano com Stéphen Sylvestri Data: 16 de maio, terça-feira. Local e horário: Auditorium Tasso Corrêa, às 20h.

A tradição da viola no sertão de Guimarães

Paulo Freire, um dos principais expoentes da música de viola, traz para este espetáculo, seu mestre, Manoel de Oliveira, diretamente do sertão do Uruçuia, região que inspirou Guimarães Rosa a escrever *Grande Sertão: Veredas*. No repertório músicas tradicionais do sertão, como *Papaíba, Sapó e o veado, Lagartixa, Conselheiro, Rio abaixo*, além de composições dos dois violeiros. Entre uma canção e outra, estarão presentes os famosos causos. Retirada de senhas para ingresso no Museu da UFRGS, três dias antes de cada show, das 9h às 18h Data: 1º de junho, quinta-feira Local e horário: Salão de Ato da UFRGS, às 19h Entrada franca

Onde?

- Salão de Ato Av. Paulo Gama, 110
- Museu da UFRGS Av. Osvaldo Aranha, 277
- Planetário Av. Ipiranga, 2.000
- Auditório Celso Pedro Luft Av. Bento Gonçalves, 9.500
- Auditório da Fabico Rua Ramiro Barcelos, 2.705
- Instituto de Artes da UFRGS Rua Senhor dos Passos, 248
- Sala Redenção Av. Paulo Gama, s/n°.
- Sala Alziro Azevedo Av. Salgado Filho, 340
- Livraria Cultura Av. Túlio De Rose, 80 Bourbon Shopping Country

Elfrides Schapoval: começaria tudo outra vez

Ademar Vargas de Freitas

Na lista de coisas que a professora Elfrides Eva Scherman Schapoval mais aprecia estão a Faculdade de Farmácia, romances água-com-açúcar, cinema, musicais, poemas de Mario Quintana, passeios ao Rio de Janeiro, viagens internacionais e o Grêmio. Estar no Rio de Janeiro, para ela, é um privilégio, e o azul do mar supera qualquer preocupação com violência urbana. Das viagens internacionais, destaca as idas à Europa, a Israel, aos Estados Unidos, ao Canadá e ao Havá. Em Nova York, onde esteve em 1997 e em 1999, pôde assistir aos musicais “O Fantasma da Ópera”, “Chicago”, “A Bela e a Fera” e “Rei Leão”.

Elfrides garante que não é muito vaidosa. Em todo caso, prefere não revelar a idade. Ela foi a primeira dos quatro filhos do comerciante José Schapoval e Matilde Scherman Schapoval. Depois dela, vieram Léo, Sérgio e Tânia. “Sou papa-areia, nasci em Rio Grande, no dia 22 de dezembro, quase no Natal. Assim, minha festa de aniversário fica sendo uma espécie de *kerb*, dura três dias.”

Quando Elfrides tinha cinco anos, a família se mudou para Porto Alegre e foi morar no Bom Fim, onde as crianças tiveram uma infância tranqüila. Ela fez o primário e o ginásio no Instituto de Educação, e o científico no Colégio Estadual Júlio de Castilhos. Antes de fazer o vestibular para Farmácia, pensou em ser médica ou advogada, como alguns dos tios.

Após a formatura, em 1954, trabalhou dois anos na Faculdade, como auxiliar voluntária, sustentada pela família. Daí passou a instrutora de ensino superior e foi progredindo. Começou a lecionar em 1957 e chegou a professora titular, tendo ocupado diversos cargos e funções gratificantes, inclusive o de diretora da Faculdade.

Atualmente, reside com a irmã num apartamento em frente ao Hospital de Clínicas, pertinho da Faculdade de Farmácia, onde, no momento, orienta dois mestrands e cinco doutorandos. “Parece mentira que sou professora aqui há quase 50 anos, mas se me perguntassem se faria tudo de novo, eu diria que sim.”

Emoções

Mais de 50 anos dentro (e fora) da Faculdade de Farmácia



FOTOS: FLÁVIO DUTRA

Como não casou e não teve filhos biológicos, ela se considera casada com a Farmácia e vê os orientandos como filhos espirituais. Com orgulho, revela que já formou mais de 50 mestres e doutores, vindos de diversos pontos do Brasil e até do exterior. Muitos deles agora são professores titulares.

“Uma orientanda minha, do Panamá, recentemente foi selecionada para trabalhar num laboratório nos Estados Unidos.”

Manteiga derretida

Com tantos “filhos” e tanta dedicação, é normal que a professora Elfrides receba muitas homenagens, que quase sempre a fazem chorar. Certa vez, numa cerimônia em que ela era o destaque, ouviu uma colega sugerir: “Vamos falar bem pouquinho, que é pra a Elfrides não chorar muito”. Combinando com essa emotividade, ela fala com voz mansa, alongando as sílabas tônicas das

palavras: “Não caaanto, não tenho voooz, nunca fui de cantaaar.” Mesmo assim, quando guria, participou do excelente coro do Instituto de Educação. Claro, fazendo sempre a quarta voz.

Mas, ser suave não significa ser frágil. Elfrides é forte e determinada, e trabalha muito. Passa o dia no laboratório e, muitas vezes, leva trabalhos dos alunos para ler e corrigir em casa. “Sempre digo pra eles: insista, persista e não desista. Também tenho uma frase pela qual sempre

me pauto: Sonhar, apesar das desilusões; caminhar, apesar dos obstáculos; lutar, apesar das barreiras; e acreditar acima de tudo.”

Em 2003 ela foi a homenageada de honra no Congresso de Tecnologia Farmacêutica e Controle de Qualidade, em João Pessoa (PB). Estavam presentes quase todos os seus orientandos da Faculdade de Farmácia e muitos ex-orientandos

vindos de outros estados. “Quando me chamaram para subir ao palco, chamaram também esses orientandos, dizendo que dessa maneira iam esvaziar o auditório. Fiquei emocionada e chorei muito.”

No ano passado, em 20 de janeiro, Dia do Farmacêutico, ela recebeu a Comenda do Mérito Farmacêutico, outorgada pelo Conselho Federal de Farmácia, por indicação do Conselho Regional. “Este ano, quem recebeu a comenda representando o Rio Grande do Sul foi a deputada Jussara Cony, que foi minha orientanda no mestrado.”

Em março de 2005, Elfrides foi homenageada pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Farmácia da UFRJ, que destacou alguns professores considerados guerreiros da profissão farmacêutica brasileira. “Fui convidada pelo professor Eliezer Barreiro, coordenador do programa, para receber a medalha Rodolfo Albino, o farmacêutico que fez a primeira Farmacopéia Brasileira. Fiquei gratificada: me consideraram uma guerreira da profissão.”

Para ela, os orientandos são como filhos espirituais

Galgando postos dentro da Faculdade de Farmácia

A professora Elfrides Schapoval diz que a Farmácia é um mundo. “Tem muita química, muita biologia, muito estudo de medicamentos, fármacos sintéticos, drogas vegetais. E lida com parasitologia, microbiologia, química orgânica, química inorgânica, farmacodinâmica. Além disso, é polivalente e multidisciplinar.”

Na década de 70, quando houve a reforma universitária, Elfrides Schapoval chefiou o Departamento de Produção e Controle de Medicamentos. Também pertenceu à comissão de graduação, que se chamava comissão de carreira, e foi representante dos professores-pesquisadores na antiga Quinta Câmara.

Por essa época, com o surgimento de novos currículos e com a necessidade de fazer o controle de qualidade de medicamentos químicos e biológicos, ela foi incumbida de organizar a disciplina de Controle Biológico de Qualidade de Fármacos e Medicamentos. Fez estágio de seis meses na Faculdade de Medicina da USP, em Ribeirão Preto (SP), no departamento chefiado por um dos maiores farmacólogos brasileiros, o professor Maurício Rocha e Silva, que chegou a ser

indicado para o Prêmio Nobel de Medicina.

Pouco depois, voltaria ao à USP para cursar o doutorado em Farmacologia no laboratório do professor Rocha e Silva. Ao retornar, à UFRGS fez livre docência e, em 1976, passou a orientar dissertações no Programa de Pós-graduação em Ciências Farmacêuticas. Esse PPG, criado em 1970, foi o primeiro do Brasil em produção e controle de medicamentos. Na década de 90, quando foi implantado o doutorado, ela continuou como orientadora.

Elfrides foi a primeira representante da área da Farmácia na Fapergs. E, como elemento da Quinta Câmara, representou as Ciências Biológicas junto ao Conselho de Ensino e Pesquisa. Na década de 90, foi representante-adjunto ao Comitê Assessor de Medicina e Farmácia do CNPq, que até então era constituído só por médicos (hoje há um comitê específico da Farmácia).

Em 1996, foi eleita diretora da Faculdade de Farmácia, permanecendo no cargo até 2000. Aposentou-se no final de 2002, mas continua trabalhando como professora-colaboradora-convidada do Departamento de Produção e Controle de Medicamentos e da Pós-graduação.

MAS BAH, TCHÊ!

“Sou bem gaúcha, bem bairsta. Uma vez, quando fazia o doutorado em Ribeirão Preto (SP), ouvi a notícia de que um temporal tinha derrubado a ponte do Passo do Socorro, sobre o Rio Uruguai, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Fiquei apreensiva e comentei com os colegas: ‘Que coisa horrível, ficamos ilhados, sem contato com o Rio Grande!’. Desde então, colegas e professores sempre mexiam comigo. Certa ocasião, perguntei a um professor se a apresentação de um determinado trabalho deveria ser redigida em português ou em inglês, e ele respondeu: ‘Pode usar o dialeto gaúcho mesmo!’.”

GATOS E AMEIXAS

“Ameixinhas amarelas... No quintal da casa onde morei na minha infância, tinha ameixeira e goiabeira. Eu subia na ameixeira para pegar aquelas frutinhas deliciosas e juntava as goiabas que caíam no chão para minha mãe fazer doce. Também tinha um gato angorá muito lindo, de um cinza maravilhoso, e um outro gato, sem *pedigree*. O nome deles, eu nem me lembro mais.”

SEM EXAGEROS

“Já não tenho mais carro, mas sempre gostei de dirigir. Com essa onda de violência, familiares meus deixaram o carro de lado e passaram a andar de táxi. Eu também. E, como moro perto do trabalho, quase nem preciso de condução. Celular eu tenho, mas não uso muito. Prefiro conversar *tête-à-tête*, o olho-no-olho é muito melhor. Acho que os jovens estão exagerando um pouco, a vida deles está sendo só ficar na frente do computador. Não é por aí.”

NO COTIDIANO

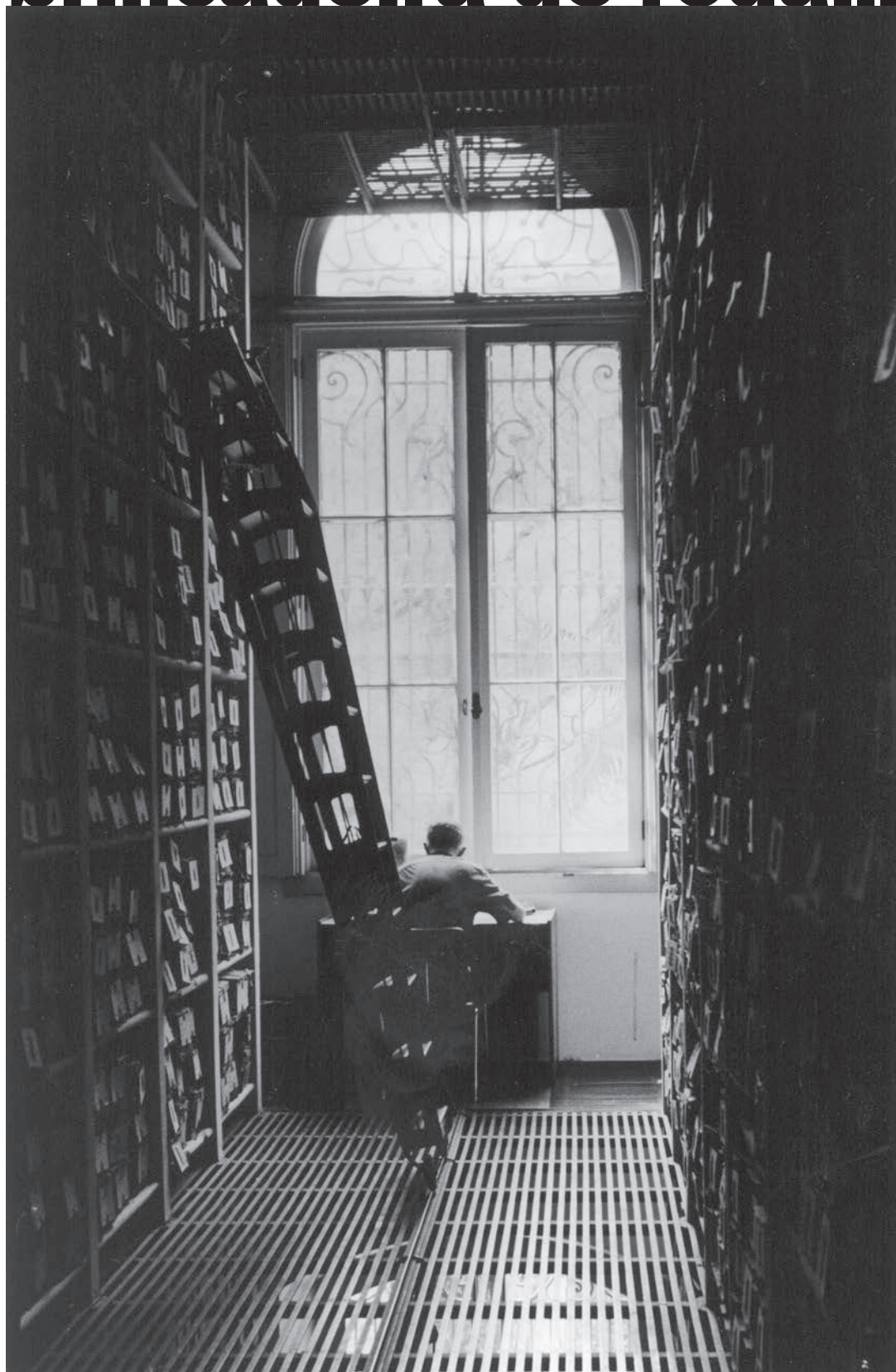
“Ginástica? Um pouquinho de iôga. Comida? Não sou muito exigente, nem aprecio comidas muito sofisticadas. Gosto de comer o que conheço. Minha dieta é à base de verduras e frutas. Carne, só peixe e frango. Sempre me cuidei, nunca quis ser gorda, mas adoro doce. Nas festas, prefiro doce a salgado. Também não sou muito dedicada à cozinha, sou mais da minha profissão. Gosto do que faço, e é só o que sei fazer.”



Formada em 1954, Elfrides nunca mais se afastou da Faculdade



Como se fora brincadeira de roda...



Cibele Ceroni

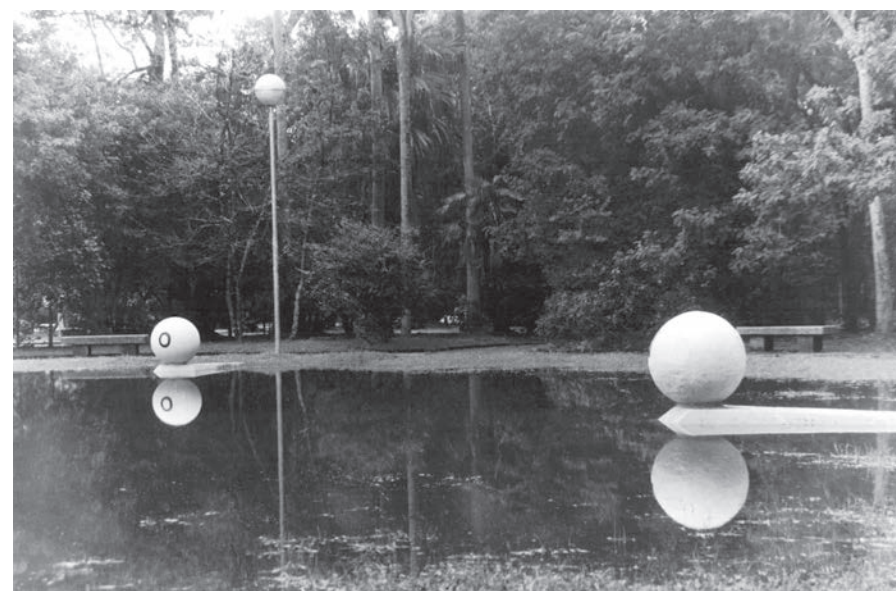
Flávio Dutra

As imagens do Ensaio deste mês são uma parte do conjunto de fotografias apresentadas em uma exposição realizada em dezembro de 2005, no Café do Museu de Artes do Rio Grande do Sul, e mostram um pouco da produção dos alunos da disciplina de Fotografia I, do curso de Artes Plásticas do Instituto de Artes da UFRGS, em sua ênfase em Fotografia.

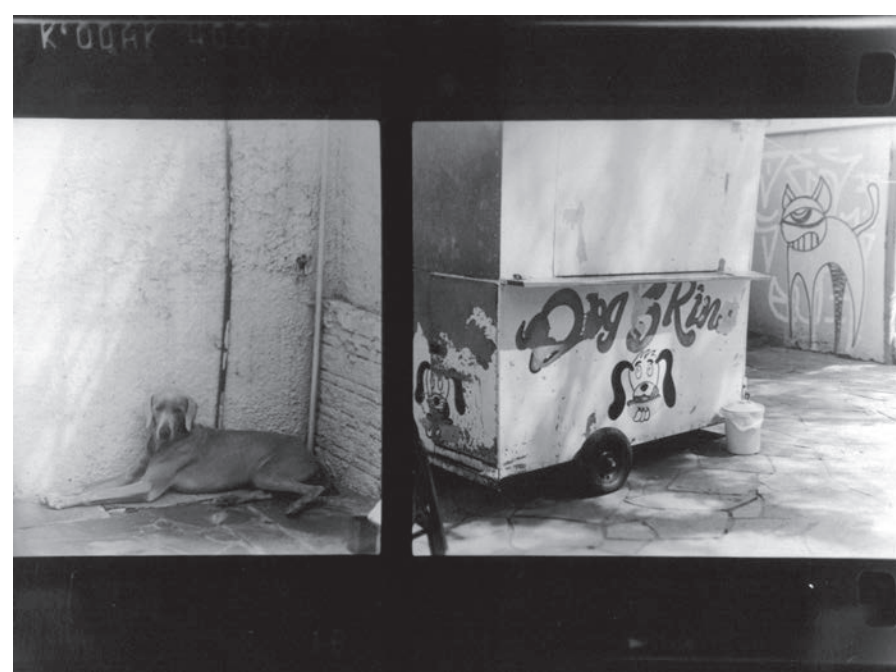
Na apresentação da exposição, em um texto intitulado *A-deus Photoshop ou "como se fora brincadeira de roda.."*, o curador e professor da disciplina, Luis Eduardo Achutti,

compara a técnica utilizada, a fotografia em p&b convencional, com as brincadeiras de roda, ambas parecendo, cada vez mais, pertencerem a outro tempo.

Nas palavras de Achutti, a prática da fotografia em preto e branco remete a um ritual que já vai pertencendo ao passado. "Ritual da espera, da incerteza, da imperfeição, da luz vermelha, da manipulação, do erro, do acerto..." E ainda uma maneira de "cortejar o passado, andar na contramão do que é a prática corrente no dia-a-dia da fotografia — que hoje habita mais os blogues do que os álbuns, mais as páginas da Internet do que as paredes e os livros".



Rodrigo Lourenço



Romano Corá

Luisa Berger



Denis Souza

Antonio Dora

